

# Imprensa e política africana no Brasil: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart\*

Cláudio Oliveira Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo principal deste artigo é analisar como o periódico *O Estado de S. Paulo*, na condição de ator político não estatal, interpretou e se posicionou em face da política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart para a África. Para tanto, focaliza o posicionamento do Estado brasileiro diante do processo de descolonização da África, no período de 1961 a 1964. Tem como problemática o fato de que a política externa exercida pelo Estado brasileiro, em vista das oscilações ocorridas na política interna do país durante o período em questão – troca de governos, do corpo ministerial e alteração do regime político –, estabeleceu uma relação bastante próxima com a imprensa escrita.

**Palavras-chave:** descolonização, política externa, imprensa.

## Introdução

A área de estudos que caracteriza a política externa, tanto pelas variáveis de que é composta – econômica, política, ideológica etc., quanto pelas influências a que está exposta, é extremamente dinâmica. Isso pode ser determinado tanto por variantes domésticas, ligadas às prioridades estabelecidas

---

\* Este artigo pretende sintetizar as principais conclusões obtidas por uma pesquisa de Aperfeiçoamento, patrocinada pela FAPESP em colaboração com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP e, posteriormente, desenvolvida em dissertação de mestrado, defendida junto ao Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP, em 2002. Constitui seu principal objetivo traçar um perfil da relação entre imprensa escrita e política externa africana no Brasil entre os governos Jânio Quadros e João Goulart.

pela sociedade, ou seja, por variações da política interna, como por variantes externas, ligadas ao contexto internacional. Pode-se dizer então que a política externa dos países é o conjunto de atividades políticas mediante as quais cada Estado promove seus interesses diante de outros Estados, desenvolvendo-se, a princípio, a partir de fatores imutáveis – como o geográfico – e/ou de longa duração (WILHELMY, 1988: 148). Reconhece-se, por conta disso, que as mudanças no campo da política externa se processam num ritmo mais lento e longo, distinguindo-se, por exemplo, da política doméstica. Pode-se até mesmo pensá-la como uma política de Estado, enquanto a outra seria uma política de governo (FONSECA, 1998: 300).

Tanto o conteúdo quanto a dinâmica da política externa dos países adquirem maior ou menor importância doméstica de acordo com a época, em função do desenvolvimento dos acontecimentos políticos internos e/ou externos. Pode-se dizer então, mais especificamente, que a política externa dos Estados corresponde a um conjunto de objetivos e mecanismos nacionais mediante os quais cada Estado busca a realização de seus interesses nacionais, e que a determinação desses interesses depende não apenas das relações que determinado país – o Brasil, por exemplo – estabelece com outros Estados, mas, essencialmente, da capacidade de congregiar diversos interesses econômicos, políticos, estratégicos e sociais presentes no plano nacional.

Ao analisar o processo de formulação e execução da política externa brasileira, afirma o Embaixador Sebastião do Rego Barros:

O processo de formulação da política externa compreende, de um lado, a interpretação e avaliação da realidade internacional e, de outro, a identificação do interesse nacional, em cada uma das situações apresentadas, a partir das necessidades domésticas e dos constrangimentos externos (BARROS NETTO, 1996).

Em conseqüência, as instituições estatais responsáveis pautam sua atuação com base no pressuposto de que a política externa brasileira não pode ser meramente reativa ante os acontecimentos e tendências das relações internacionais. Dessa forma, conclui Rego Barros:

A ação externa não deve ser uma simples sucessão de respostas caso a caso, sem um mínimo de coerência e articulação de objetivos, meios e princípios.

Ao contrário, cabe ao Ministério cotejar interesses domésticos e a realidade internacional, para formular diretrizes gerais de atuação que irão permear as escolhas e decisões em cada um dos itens da agenda diplomática. Fundada nestas diretrizes, a política externa ganha sentido e torna-se instrumento para os objetivos mais amplos do Governo e da sociedade (BARROS NETTO, 1996).

O alcance e realização dos objetivos da política externa de cada Estado, em contrapartida, estão vinculados aos interesses dos diversos grupos que dela procuram fazer parte. Nesse aspecto, podemos considerar a imprensa como um dos atores políticos relevantes para a formulação da política externa adotada pelos Estados. Segundo a linha de análise proposta por Pierre Renouvin, a imprensa pode, nesse caso, ser associada ao que o autor designou de *forças profundas* – o conjunto de forças sociais, políticas, econômicas e culturais, que busca exercer algum tipo de pressão sobre os “homens de Estado” – que tanto podem influenciar quanto pressionar os governos e, por conseqüência, os Estados, na adoção e nos rumos das políticas externas exercidas pelos países (RENOUVIN e DUROSELLE, 1967: 377-405).

Em função disso, procura-se ressaltar aqui não só a relação entre a imprensa e a política externa brasileira, mas também as possibilidades de pesquisas que envolvam essa relação, ainda pouco explorada no Brasil. Correntemente utilizada como fonte ratificadora de análises apoiadas em outro tipo de documentação, a imprensa escrita tende a ser considerada um simples atestado dos processos descritos. Como afirma Maria Lígia Coelho Prado, a idéia que preside tal percepção é a de que a imprensa é apenas um “reflexo” da época considerada (PRADO, s/d: 11). Na presente abordagem, a imprensa é compreendida como um ator vinculado à dinâmica da vida política nacional; portadora de poder de influência e interferência no cenário político. Busca-se demonstrar a importância da imprensa como uma fonte privilegiada para a pesquisa, análise e compreensão do desenvolvimento da política externa brasileira.

Para justificar a escolha da imprensa na análise deste trabalho, parte-se da identificação dos atores que, direta ou indiretamente, participaram do debate político em torno da política externa brasileira. Ao lado de diplomatas e políticos, tanto do poder Executivo quanto do Legislativo, a imprensa despontou como um dos atores políticos de maior ressonância na arena política. Ao se realizar a análise da política externa brasileira em face da descolonização da África com base na pesquisa da imprensa escrita, tem-se por objetivo, além de

atestar a fecundidade dessa proposta metodológica para os estudos dos temas relativos às relações internacionais do Brasil, demonstrar como esse procedimento amplia o foco de análise de pesquisas sobre política externa brasileira, mediante a análise dos diversos atores políticos que, direta ou indiretamente, exercem alguma influência sobre seu desenvolvimento.

Pretende-se realizar uma análise mais sistemática sobre o desenvolvimento da política externa para a África. Por meio da pesquisa documental, busca-se apreender a perspectiva proposta pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em face da descolonização da África, no período de 1961 a 1964, o que possibilita verificar, conseqüentemente, seu posicionamento em relação à disputa ideológica do sistema bipolar que caracterizou o cenário internacional naquele período. Esse será o fio condutor do trabalho.

Um dos problemas fundamentais na realização desta pesquisa foi conciliar tais informações com o contexto histórico em que foram produzidas. Isso exigiu que se buscasse entender o momento histórico sem uma visão definida do futuro. De posse dos documentos selecionados, tentou-se apreender, por meio da união desses procedimentos, o processo histórico em andamento (BELLOTO, 1991: 177).

A análise dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* (que aparecem sob o título de *Notas e Informações*) teve a forma que obedeceu aos seguintes procedimentos: em primeiro lugar, foi realizado um levantamento de materiais que tratassem da temática africana; em seguida, subdividiu-se esse material em editoriais, artigos e reportagens. Na terceira etapa, procedeu-se à análise do material, dando ênfase aos editoriais, uma vez que representam a expressão da opinião do periódico.

Também constituíram material de pesquisa artigos de estudiosos da política externa africana brasileira e protocolos, substancialmente contemplados

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela FFLCH/USP (2007).

<sup>2</sup> Criada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – instituição ligada ao Itamaraty –, a *Revista Brasileira de Política Internacional* é reconhecida como a primeira revista brasileira dedicada ao estudo e divulgação de temas relativos às relações internacionais. Ao promover a difusão de matérias e documentos relativos à política internacional e às relações internacionais do Brasil, desempenhou um importante papel no que diz respeito tanto ao pensamento, quanto à prática brasileira nos temas relativos à política externa. Durante as últimas décadas de publicação, produziu um rico somatório de documentos. Após um período de recesso, voltou a ser editada em 1992. Para uma análise do papel desempenhado pela RBPI, ver edição

pela *Revista Brasileira de Política Internacional* (ALMEIDA, 1999: 166-170)<sup>2</sup>, entre 1961-1964; além de entrevistas coletadas junto ao banco de dados do NUPRI/USP (Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP – Projeto *Fontes Vivas da Política Externa Brasileira*) com atores privilegiados da formulação e execução da política externa brasileira. Esses atores são, em sua maioria, diplomatas e atores políticos ligados aos governos Jânio Quadros e João Goulart.<sup>3</sup>

Estes documentos foram utilizados como forma de mapear as opiniões e os diferentes atores políticos que procuraram exercer alguma influência sobre a política externa africana dos referidos governos. Configuraram-se como fonte de consulta sobre eventuais acontecimentos políticos internos e/ou externos considerados significativos para os atores políticos do período em questão.

A pesquisa não adotou uma metodologia estatística, porque não tem uma base quantitativa. Pretendeu-se realizar uma análise e interpretação do debate político promovido por um dos periódicos de maior circulação nacional a respeito da política externa africana dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Por meio da análise dos documentos selecionados,<sup>4</sup> buscou-se apreender a percepção histórica que comandou a conduta desse ator político. Para tanto, contou-se também com um levantamento bibliográfico sobre o tema em análise (CAPELATO e PRADO, 1980; COHN, 1973; MORAES, 1991; FONSECA, 1994; TERAN, 1999). Por meio da análise dos documentos selecionados procurou-se captar as propostas e objetivos que orientaram a implementação da política externa brasileira para a África.

## O GOVERNO JÂNIO QUADROS: A POLÍTICA EXTERNA NO CENÁRIO NACIONAL

“Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira”.

(Jânio Quadros, 1961)

comemorativa, ano 41, número especial “40 anos”, 1998. Sobre outras revistas que abordem esta temática, ver quadro cronológico elaborado por Paulo Roberto de Almeida.

O Estado brasileiro sentiu de imediato as repercussões da descolonização no mundo, em função de seus laços históricos, étnicos e culturais com o continente africano (RODRIGUES, 1961). Os governos Quadros e Goulart se caracterizaram, entre outros aspectos, por uma política externa diferenciada: a Política Externa Independente – PEI (CERVO e BUENO, 1992: 278).<sup>5</sup> Tendo a presença expressiva (CERVO e BUENO, 1992: 278)<sup>6</sup> de Afonso Arinos de Melo Franco e, posteriormente, de San Tiago Dantas à frente do Ministério das Relações Exteriores, esses dois governos buscaram um relacionamento mais próximo com países socialistas e com países em processo de descolonização, como Angola (DANTAS, 1962: 12).

Durante o governo Jânio Quadros, em vista das sérias dificuldades financeiras enfrentadas pelo país após o governo Kubitschek, o intuito da PEI era orientar esforços para a “otimização internacional dos interesses brasileiros”, como interpreta Hélio Jaguaribe (JAGUARIBE, 1996). Preocupado com a crise econômica que herdara, logo que assumiu o governo, Jânio Quadros enviou os embaixadores Roberto Campos e Walter Moreira Salles, respectivamente, para a Europa e para os EUA. Estes deram início a negociações financeiras que, em última instância, tinham por objetivo, além da renegociação da dívida externa brasileira, dar início ao estreitamento das relações econômicas do Brasil com outros Estados.<sup>7</sup>

A partir daquele momento, Quadros atribuía uma importância inédita às relações econômicas entre o Brasil e outros países, consideradas decisivas para a aceleração do crescimento econômico e social brasileiro, “impondo ao

---

<sup>3</sup> Foram utilizadas as entrevistas realizadas pelo NUPRI/USP com: general Nelson Werneck Sodré; general Carlos de Meira Mattos; embaixador Roberto de Oliveira Campos.

<sup>4</sup> Ver seleção de documentos na seção “Periódicos Seleccionados”.

---

<sup>5</sup> Segundo os autores: “A política externa brasileira correspondente às presidências de Jânio Quadros e João Goulart, incluindo principalmente o período parlamentarista, é enfocada, com propriedade, pelos analistas como uma unidade”.

<sup>6</sup> Durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, cinco ministros ocuparam a chefia do ministério das Relações Exteriores. San Tiago Dantas e Afonso Arinos o fizeram por mais tempo e com maior expressividade.

<sup>7</sup> “O período em que eu servi em Washington foi de outubro de 1961 a janeiro de 1964, coincidindo, aproximadamente, com a fase de Kennedy, a ‘nova fronteira’ do governo americano. Eu tinha sido designado embaixador em Washington por Jânio Quadros ao fim de uma missão financeira que me havia levado à

Itamaraty uma função bem mais profunda que nos governos anteriores” (ARAÚJO, 1996: 260). O governo esperava ampliar o mercado consumidor externo dos produtos nacionais, além de fortalecer a posição política do Brasil na América Latina (CHAIA, 1991: 128; RODRIGUES, 1966; ARAÚJO, 1996; QUADROS, 1961; REIS, 1963: 209-224).<sup>8</sup> A política externa brasileira durante o governo Quadros deveria persistir na busca do desenvolvimento econômico e social. Conforme assinala Braz Araújo, durante o governo Quadros a “política externa também aparece como um instrumento da política do desenvolvimento” (ARAÚJO, 1996: 262).

Apesar de os esforços desenvolvimentistas da política externa brasileira terem início antes do governo Quadros, este estabeleceu uma ruptura em relação à perspectiva de atuação política do Estado brasileiro no sistema internacional. A política externa do governo Kubitschek se caracterizara pelo alinhamento aos EUA, e a busca pelo desenvolvimento se traduzia, no âmbito externo, na OPA (Operação Pan-Americana). Jânio Quadros, ainda em campanha presidencial, esboçava novos rumos para a política externa brasileira.

Ao relatar as experiências adquiridas em viagens ao extremo Oriente e à África, Quadros, mesmo antes de assumir o cargo, declarava que a “ampliação das relações internacionais e as vantagens das permutas comerciais” aumentariam “a nossa autoridade internacional”, pois já éramos “um país com futuro definido, não podendo permanecer como simples membro da comunidade sul-americana”, devendo “manter relações diplomáticas com todos os países, desde que haja interesse nacional” (Apud RODRIGUES, 1961: 347).

A política externa dos governos Quadros e Goulart, ainda que apresentasse uma linha de continuidade na diplomacia já exercida pelo governo Kubitschek, diferia em um aspecto importante: a potencialização de suas dimensões e pretensões. A política externa de Quadros proporcionou a ampliação das relações internacionais do país, sendo ainda consistente o suficiente para, em determinados aspectos, ser retomada pela diplomacia exercida nos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Ernesto Geisel.

Entre os dois grandes blocos em que se dividia o cenário mundial no período – o capitalista e o socialista – a política externa brasileira procurou

Europa para a renegociação da dívida, atuando de forma coordenada com Walther Moreira Salles que se encarregou da parte americana da renegociação da dívida. Ao voltar, para minha surpresa, Jânio Quadros, sem,

otimizar seus interesses internacionais. Apesar de formalmente não aderir ou alinhar-se ao bloco do Terceiro Mundo, formado pelas “jovens nações”, buscou um caminho alternativo que, de certo modo, correspondia a uma conduta internacional de não-alinhamento direto a nenhum dos blocos predominantes. Como afirma Roberto Campos, a PEI, iniciada pelo governo Jânio Quadros e desenvolvida pelos subseqüentes governos, buscava, ao lado de um ideário nacionalista, “explorar a margem de flexibilidade deixada pelo impasse entre as superpotências na era da bipolaridade” (CAMPOS, 1994: 433).<sup>9</sup>

A política externa brasileira passa a orientar-se para a preservação da paz e do desenvolvimento econômico e social do país. O posicionamento independente também deveria proporcionar ao Brasil maior possibilidade de ação no sistema internacional. Deve-se observar, porém, que esse posicionamento de independência na conduta externa divergia essencialmente do que se convencionou chamar de “não-alinhamento” ou “neutralismo”, entendidos como formas de conduta política descompromissadas com os ideais democráticos e liberais (CAMPOS, 1961: 5-11).<sup>10</sup>

Se a descolonização da África constituía um grave problema para as antigas metrópoles colonizadoras, para o Brasil representava novas possibilidades de ação no cenário internacional, com o estabelecimento de ações diplomáticas para a implementação de políticas de cooperação técnica, científica, cultural e estratégica (Apud RODRIGUES, 1961: 347).<sup>11</sup> Nas palavras de Jânio Quadros, o Brasil estava pronto para fazer valer, “no jogo das pressões mundiais, o potencial econômico e humano que representa e o conhecimento nascido da experiência que temos o direito de creditar ser valioso” (QUADROS, 1961: 150-156). Essa posição também fica evidenciada no discurso proferido por João Goulart, em 1962, perante o Congresso dos EUA: “O Brasil não

aliás, me consultar, me desloca para embaixador em Washington. Não me consultou porque antes eu tinha recusado dois postos em embaixada”. CAMPOS, Roberto. Rio de Janeiro, 9/4/1999. Entrevista ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP/Nupri.

<sup>8</sup> Mensagem enviada por Jânio Quadros ao Congresso Nacional. *RBPI*, 1961, p. 125-131. Segundo Vera Chaia: “A política externa de Jânio Quadros foi um instrumento da política de desenvolvimento”.

<sup>9</sup> O autor afirma que: “Ao lançar as bases da ‘política externa independente’ administrada por Afonso Arinos e depois desenvolvida por San Tiago Dantas no Itamarati, Jânio retomava parte do ideário da operação Pan-Americana de Kubitschek, adicionando-lhe uma nuance nacionalista e explorava a margem

integra nenhum bloco político-militar, mas respeita os seus compromissos internacionais livremente assumidos” (Apud DANTAS, 1962: 228).

Em meio à descolonização e emancipação que ocorria simultaneamente na África e na Ásia, Quadros era enfático ao afirmar a posição de apoio do Estado brasileiro, dizendo que os povos não podiam ser ignorados em sua luta pela liberdade. Orientando-se pelo que denominou princípio de “autodeterminação dos povos” – o direito das nações buscarem a conduta mais condizente com seus interesses no âmbito das relações exteriores –, Quadros defendia que esses povos encontravam-se na “base do reajustamento da nossa política e que sobre eles convergiam muitas linhas principais do desenvolvimento da civilização brasileira” (Apud DANTAS, 1962: 228).<sup>12</sup>

O desenvolvimento era encarado, nas palavras de Quadros, como “um objetivo comum ao Brasil e às nações com as quais procura ter relações mais íntimas, sendo que a rejeição do colonialismo é o corolário inevitável e imperativo dessa meta” (QUADROS, 1961). A política externa brasileira, interpreta Braz de Araújo, deveria ser:

(...) concebida como projeção no mundo daquilo que o país é intrinsecamente: democracia política, democracia racial, cultural baseada na ausência de preconceitos e na tolerância, país disposto a se dar inteiramente para vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico (ARAÚJO, 1996: 262).

O princípio de autodeterminação, ou seja, o reconhecimento da legitimidade dos povos pela liberdade econômica e política, está entre os pontos básicos para a compreensão das relações entre as políticas externa e interna do governo Quadros.

Para deixar claro os reais objetivos da política externa do Estado brasileiro, Quadros não hesitava ao afirmar, num tom realista, que a política externa do Brasil refletiria “a necessidade de progresso desenvolvimentista”. Reiterava que “o apoio dado à descolonização seria realizado não apenas no interesse da África, não por uma solidariedade platônica”, mas porque se encontrava “de acordo com os interesses nacionais brasileiros” (QUADROS, 1961).

de flexibilidade deixada pelo impasse entre as superpotências na era da bipolaridade”.

<sup>10</sup> Ver também: Conferência dos Países Neutralistas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano IV,

Tais posicionamentos, no entanto, tornaram a política externa de Quadros, desde o início de seu governo, motivo de discussões acaloradas por parte da imprensa. A PEI encontrava lugar não só nos debates de grupos políticos – nos quais *O Estado de S. Paulo* teve papel fundamental discutindo e divulgando as propostas e diretrizes da política externa brasileira –, mas também nos meios econômico e social que, em seu conjunto, ecoavam na imprensa, que “tanto espelha quando induz a formação de opiniões e tendências” (GOMES, 1999: 31).

## O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO E A PEI

Não é de se estranhar que a PEI tenha sido, desde o início do governo Quadros, acompanhada de perto pelo *O Estado de S. Paulo* que, afirmando-se temeroso “não só pela delicadeza do momento, como pela conturbada atmosfera que cercava as relações dos dois grandes blocos em choque”, aconselhasse o Presidente da República “a deixar para mais tarde qualquer modificação na posição do Brasil perante o mundo”.<sup>13</sup> De acordo com o jornal, Quadros deveria adotar uma atitude:

(...) a um tempo realista e cautelosa, em conformidade com as tradições e a atuação exemplar daqueles que, durante um século e meio de vida diplomática, pacientemente nos guindaram a uma posição invejável, tanto no seio dos países americanos, como no âmbito mais vasto das nações da Europa, cuja cultura e pendores políticos mais intimamente afinam com os nossos.<sup>14</sup>

## A QUESTÃO DO CONGO

O posicionamento do Brasil em relação à crise do Congo (antiga colônia da Bélgica), iniciada em 1961, por ocasião do golpe militar liderado pelo coronel Joseph Mobutu e do assassinato político do líder congolês Patrice Lumumba, deu início a múltiplos debates nos âmbitos interno e externo. O assassinato de Lumumba, juntamente com os de Maurice Mpolo e Joseph

nº 14, julho de 1961.

<sup>11</sup> Para Jânio Quadros: “A diplomacia brasileira, infelizmente, anda botando a perder, inclusive por omis-

Okito, teve ampla repercussão no cenário internacional; transformou o Conselho de Segurança da ONU em palco de um denso debate protagonizado pelos EUA e pela URSS. Discutia-se, em última instância, o rumo político do processo de descolonização africano, e do Congo, em particular.

Esse debate deu origem a questões que, em seu conjunto, traduziam o embate ideológico dos dois blocos. Durante as sessões ocorridas na ONU, cada qual buscava assegurar suas propostas para a solução da situação política congoleza. Estas propostas eram bastante claras e distintas:

- A URSS agia de acordo com as decisões da conferência de Moscou que, baseada na doutrina da coexistência, exigia apoio irrestrito a todos os movimentos anti-ocidentais na Ásia, na África e nas Américas; defendia, portanto, a retirada imediata da ONU do Congo, reconhecendo como única autoridade legítima para tratar do assunto Antoine Gizenka, líder político do Congo.
- Já os EUA defendiam o fortalecimento e atuação da ONU, a fim de sustar a guerra civil e realizar um inquérito sobre os assassinatos, libertando todos os presos políticos, reorganizando as forças políticas e militares do país e permitindo, assim, que a Assembléia Nacional voltasse a se reunir, “não para servir esta ou aquela facção, mas para construir a democracia congoleza”.<sup>15</sup>

O apoio inicial do Brasil à posição soviética era interpretado por *O Estado de S. Paulo* como uma atitude dúbia e incondizente com uma política externa efetivamente independente,<sup>16</sup> que só serviria para “munir Moscou de mais um trunfo poderoso no seu jogo contra os Estados Unidos, isto é, contra o país ao lado do qual combatemos na primeira e segunda guerra mundiais para impedir que o mundo caísse sob um regime que em coisa nenhuma divergia do sistema policial que o bolchevismo pretende impor às nações livres da América e da Europa”.<sup>17</sup>

O tom alarmista do jornal não era sem razão, bem como não era a referência aos “perigos” que tal atitude representava para o continente americano, especialmente para o Brasil. Em grande medida, a apreensão derivava não apenas do embate EUA-URSS, mas também da insegurança causada

são, as oportunidades da solene hora que passa. Os grandes Estados nascituros da África e da Ásia precisam encontrar, na maturidade internacional do Brasil, o ânimo de que carecem para que se lhes abrevie a emancipação inevitável”.

pela potencial difusão do comunismo na América após a vitória da Revolução Cubana em 1959, liderada por Fidel Castro.

A aproximação do Brasil com a URSS e o simultâneo apoio do governo Quadros ao governo de Fidel Castro deram margem, internamente, a debates e acusações envolvendo parlamentares, militares e a imprensa. *O Estado de S. Paulo* buscava chamar a atenção para os atos do Executivo, ressaltando o que considerava uma inconseqüência política, uma vez que entravam “em choque frontal com os sentimentos e a mentalidade da grande maioria do povo brasileiro”.<sup>18</sup> O jornal acusava Quadros de “entrar em conflito consigo mesmo”, uma vez que, “ao dar sua adesão praticamente incondicional a um movimento comunista dentro do continente latino-americano”, colidia com “os mais belos trechos da sua oralidade de candidato à Presidência da República”, nos quais exaltava, “interpretando o pensamento profundo dos que o levaram ao Poder, as suas inabaláveis convicções liberal-democráticas”.<sup>19</sup>

A partir desse momento, e das declarações de Quadros em apoio ao governo Fidel Castro, Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, torna-se uma das figuras mais veementemente contrárias à política externa empreendida pelo governo Quadros, não poupando ataques aos embaixadores e ao próprio presidente. A hostilidade de Lacerda à política externa de Quadros baseava-se no eminente perigo que a deflagração do comunismo representava para o continente americano. Interpretava-se que:

Ao abrir as portas das Américas à infiltração comunista e à ocupação por elementos da vanguarda do imperialismo russo, Fidel Castro não somente traiu o povo cubano, como se constituiu numa ameaça à paz e à liberdade das nações deste Continente, inclusive o Brasil.<sup>20</sup>

Diante dessas circunstâncias, o posicionamento do Brasil em face da crise no Congo alterou-se em sentido contrário: em defesa da proposta americana e da ação da ONU, contrariamente à posição soviética. Além disso, exigiu que o embaixador Cyro de Freitas Valle fizesse seu primeiro pronunciamento oficial perante a ONU. Na ocasião, Cyro de Freitas fez questão de

---

<sup>12</sup> Ver também: O Brasil e princípio de não-intervenção. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1963, p. 131-155.

ressaltar o apoio do Brasil à intervenção da ONU no Congo, sobretudo ao considerar que:

Nas atuais circunstâncias a retirada das Nações Unidas do Congo seria desastrosa. A guerra civil seria inevitável e novas intervenções estrangeiras teriam lugar com grave perigo para a paz e a segurança internacionais. A presença da ONU, com sua autoridade fortalecida, tornaria muito difícil toda a tentativa de substituir o poder político que a Bélgica exerceu no Congo, até a independência deste, pelo poder político de qualquer outro Estado ou a volta do controle da própria Bélgica. A atração do vazio político – tão tentadora para os velhos colonialistas – seria assim eliminada.<sup>21</sup>

De acordo com as novas orientações da política externa brasileira para a África, na mesma oportunidade, Cyro de Freitas frisou o interesse brasileiro pelas questões relativas ao Congo. Segundo o Embaixador, por meio dos “milhares de congolezes que foram desarraigados, pelos traficantes de escravos, das margens do grande rio e vendidos como instrumentos para trabalhar nas usinas de açúcar, fazendas e minas do Brasil colônia”, o país passou, junto “com outros grupos étnicos, a integrar a Nação brasileira, contribuindo, no campo cultural para o folclore, a música, a dança e a história do Brasil”.<sup>22</sup>

A política externa implementada por Quadros inaugurava-se de forma bastante ruidosa, causando alarme na imprensa que a interpretava, sobretudo nos primeiros dias do governo, como sintoma de uma orientação não apenas contraditória, mas essencialmente distinta aos rumos tradicionais do país. Apesar das relações diplomáticas do Brasil com países como a Polônia e Checoslováquia – considerados satélites soviéticos na época –, foi o aceno favorável ao restabelecimento das relações do país com a URSS<sup>23</sup> e à admissão da República Popular da China (RODRIGUES, 1966: 140) na ONU que definiu as características e pretensões da política externa implementada por Quadros e seguida por Goulart. Menos de um mês após sua posse, Quadros tornava pública a nota divulgada pelo Gabinete da Presidência da República com: “instruções ao Ministro das Relações exteriores para que, na próxima reunião das Nações Unidas, o Brasil vote a favor da inclusão na agenda dos trabalhos, da proposta

---

<sup>13</sup> O Brasil e o momento internacional. *O Estado de S. Paulo*, 17/2/61, p. 3.

<sup>14</sup> Idem.

relativa à representação da China na ONU (Apud RODRIGUES, 1966: 148)”.

Publicada por quase toda a imprensa do período, a nota repercutiu de forma intempestiva, dividindo opiniões e provocando debates acalorados. Com essa atitude, Jânio Quadros tornava claro que a política externa brasileira pleitearia independência no cenário internacional. Na ONU, essa postura é ratificada pela Delegação brasileira, na XVI Assembléia, quando o Afonso Arinos afirma ser o Brasil favorável à: “discussão da questão da representação chinesa que, apesar de sua indiscutível importância, vem sendo evitada há muitas sessões”.<sup>24</sup> A ação brasileira levou à inclusão do debate sobre a China na agenda da ONU e à aprovação da Resolução 1.668, que dispunha sobre a representação deste país como questão relevante e a ser decidido por maioria de dois terços da Assembléia.<sup>25</sup> Essa temática prosseguiria nas próximas assembleias da Organização e na agenda diplomática do Brasil.

Além do aceno a URSS e a China, o governo Quadros promoveu o reatamento das relações do Brasil com a Hungria, Romênia, Albânia e Bulgária<sup>26</sup> – países do bloco comunista. Como relata Roberto Campos, este comportamento: “significava o desejo brasileiro de fazer sentir sua presença individualizada no contexto internacional, fazendo questão de uma certa diferenciação em relação à política norte-americana, particularmente no tocante a Cuba”.<sup>27</sup>

No âmbito internacional, a conduta externa do governo Quadros buscava otimizar os interesses nacionais, exercendo certa pressão sobre o governo norte-americano de quem se pretendia obter “auxílio para o desenvolvimento econômico e alívio para a crise imediata de balanço de pagamentos”<sup>28</sup>, ampliando as margens de manobra do país no sistema internacional.<sup>29</sup> No contexto nacional, a adoção dessa política satisfazia aos interesses e manobras políti-

---

<sup>15</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19/2/61, p. 12.

<sup>16</sup> *O Estado de S. Paulo*, 18/2/61, p. 3.

<sup>17</sup> *O Brasil e o momento internacional*, op. cit., p. 3.

---

<sup>18</sup> Dois pesos e duas medidas. *O Estado de S. Paulo*, 19/2/61, p. 3.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> *O Estado de S. Paulo*, 20/4/61, p. 3.

cas de Quadros, das quais tirava o máximo proveito:

(...) desejoso de fazer uma política interna de austeridade que seria indiscutivelmente a podada conservadora, ele [Jânio Quadros] satisfazia às esquerdas com uma política internacional agressiva com certos laivos anti-americanos para uma espécie de compensação dada à posição política no terreno internacional por uma política ortodoxa no campo econômico interno.<sup>30</sup>

## A QUESTÃO DE ANGOLA

Dado o crescente interesse despertado pela África em vários segmentos da imprensa, o posicionamento do Brasil diante da questão de Angola na ONU endossou certo sentimento de ambivalência e incerteza em relação às atitudes do Executivo, já bastante disseminado nos planos interno e externo (SKIDMORE, 1975: 245).<sup>31</sup> Em discurso proferido no plenário das Nações Unidas acerca da declaração de independência de Angola em 1961, Afonso Arinos, expressando o novo posicionamento brasileiro face às questões africanas, pronunciou as seguintes palavras:

Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da História do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes momentos de nossa formação nacional brasileira.

O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas deste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas situações dependem, em grande parte, o progresso e a Paz da humanidade (FRANCO, 1962).

O discurso proferido por Arinos não impediu que o governo, tendo inicialmente declarado apoio ao Movimento Pela Libertação de Angola

---

<sup>21</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22/3/61, p. 1.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> O Brasil não mantinha relações diplomáticas com a URSS desde 20/10/1947, quando foram rompidas durante o governo Eurico Gaspar Dutra.

(MPLA) – que buscava reconhecimento do direito de autodeterminação em face do governo português na ONU –, se abstivesse na votação da questão. A Chancelaria justificou seu posicionamento pela necessidade do cumprimento do Tratado de Amizade e Consulta (Apud MAGALHÃES, 1999: 91-92),<sup>32</sup> firmado entre Brasil e Portugal em 1953. Ainda assim, o episódio deu origem a críticas e acusações e suscitou diversos debates.

Segundo a interpretação de *O Estado de S. Paulo*, a decisão pela abstenção comprometia a política que o país buscava implementar em relação aos países independentes do continente africano desde o fim do mandato de Juscelino Kubitschek e de seu ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer.<sup>33</sup> Em meio a uma série de acalorados debates, o posicionamento do Brasil em relação à questão de Angola na ONU foi novamente alterado. Ao contrário do que havia sido determinado pelo governo, o Brasil não votou a favor nem se absteve de qualquer resolução referente ao problema. Neste episódio, assumiu o posicionamento definido por Arinos como de neutralidade. Conforme a interpretação oficial do Gabinete Civil da Presidência da República, o Brasil era “neste caso como um juiz que, devido ao seu parentesco com uma das partes, se declara impedido de julgar a causa (...) não podendo votar contra Angola por motivo das nossas tradições anticolonialistas, mas também não podendo votar a favor em razão da amizade que nos une a Portugal”.<sup>34</sup>

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Em 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia, rompidas desde a Segunda Guerra. Neste mesmo ano, o país estabeleceu relações com a Bulgária e Albânia e enviou Missão Especial à Europa Oriental com propósito de articular relações diplomáticas com possíveis parceiros.

<sup>27</sup> CAMPOS, Roberto. Rio de Janeiro, 9/4/99. Entrevista ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP/Nupri.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> *O Estado de S. Paulo*, 22/3/61, p. 5.

---

<sup>30</sup> CAMPOS, Roberto, op. cit.

<sup>31</sup> Segundo o autor: “A ambivalência de Quadros, em relação aos mais ardentes colaboradores de sua campanha, tornou-se mais evidente ainda no campo da política externa”.

<sup>32</sup> O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil, assinado em 16/11/1953, no Rio de Janeiro, fundamentava-se nos seguintes princípios: “1º. Ambos os governos consultar-se-iam sempre sobre

Apesar do esforço do Executivo em conciliar os interesses diplomáticos com a África e o não-afastamento de Portugal, o posicionamento neutro não pôs fim ao debate que se havia instaurado, conforme atestam os pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados, em Brasília. Na ocasião, Fernando Santana,<sup>35</sup> deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, ocupou a tribuna para criticar a ação brasileira na ONU. Reportando-se a dois pronunciamentos oficiais do governo, a partir dos quais se inferia um posicionamento contraditório diante da questão de Angola, Santana denunciava, segundo sua visão, uma mudança de posição do país em relação à política anticolonialista anunciada por Quadros.

Na mesma data, Adauto Cardoso,<sup>36</sup> deputado pela UDN, fez questão de contraditar Santana, pronunciando-se favorável ao posicionamento do governo, uma vez que Angola, segundo sua interpretação, constituía-se, “mais ainda do que o Congo, num terreno ideal para a infiltração comunista”. Nas palavras de Cardoso:

Angola e os demais povos sul-africanos abandonados durante séculos, é para os quais atualmente se volta a atenção política, a atenção estratégica da Rússia e dos Estados Unidos, os dois grandes blocos que hoje disputam essas bases militares.<sup>37</sup>

A execução de uma política anticolonialista, afirmava Cardoso, deveria ser realizada, “mas não sem antes se examinar os potenciais perigos contidos nesta conduta”.<sup>38</sup>

Após sucessivas oscilações, o posicionamento do Brasil na Assembléia Geral da ONU acabou agradando tanto àqueles que, temerosos quanto a uma eventual crise diplomática com Portugal, mantinham-se críticos ao voto em favor da colônia portuguesa, quanto aos que entreviam a possibilidade de efetivação de uma política externa direcionada para o continente africano. Ana-

---

os problemas internacionais de manifesto interesse comum. 2º. Portugueses e brasileiros seriam equiparados em tudo que de outro modo não estivesse diretamente regulado nas disposições constitucionais dos dois países. 3º. Portugueses e brasileiros poderiam circular e estabelecer-se livremente nos dois países, com as únicas limitações impostas pela segurança nacional e a saúde pública. 4º. O tratamento da nação mais favorecida seria aplicável aos cidadãos de ambos os países”. Na interpretação de José Honório Rodrigues: “Na verdade, O Tratado de Amizade e Consulta deu ao conceito de comunidade um ar caricatural, pois comunidade é a livre associação de Estados independentes, não só com herança comum, ou similaridade jurídica, mas com uma

lisando o episódio, *O Estado de S. Paulo* teceu as seguintes considerações:

No momento em que o governo federal parece interessado em lançar as bases de uma política africana, semelhante atitude não pode deixar de merecer aplausos. Não só vem em encontro do sentir da Nação, como revela a disposição em que se encontra finalmente a nossa diplomacia de pôr de lado sentimentalismos descabidos para atuar de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura internacional.<sup>39</sup>

Dando seqüência ao texto, afirma *O Estado de S. Paulo* em seu editorial:

(...) Vivemos numa época em que as relações entre os povos são condicionadas por fatores complexos que não se compadecem mais com a linguagem amável e florida travada entre governos que podem nada exprimir dos anseios e aspirações populares.<sup>40</sup>

E ainda:

O papel do Brasil, nesta hora em que Angola trava uma luta que merece respeito e admiração não pode deixar de ser o de corresponder ao que dele espera a África e, especialmente, os doze milhões de africanos que falam nossa língua. [Assim] (...) É votando como votamos na ONU que nos mantemos fiéis a nós próprios e defendemos um patrimônio cultural que Portugal não se acha em condições de preservar.<sup>41</sup>

Na avaliação do *O Estado de S. Paulo*, a atuação diplomática do Brasil na ONU era merecedora de todos os créditos possíveis. Deixava clara a proposta de implementação de uma política africana por parte do governo brasileiro e confirmava não apenas a percepção do periódico sobre qual deveria ser o posicionamento internacional do país em relação àquele continente, como em relação à política externa brasileira para países colonialistas, como França e Portugal, em particular. Uma política de cooperação e respeito mútuo, mas sem compressão dos interesses brasileiros.

Naquele momento, portanto, a neutralidade representou um êxito estratégico da diplomacia brasileira, por evitar maiores desgastes políticos interna e cooperação técnica e, especialmente, fundamento econômico." Segundo a avaliação deste autor: "O Tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para a sua órbita, de acordo com as pretensões que citamos antes, visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais. Por ele nos obrigamos a consultar

externamente. Contudo, tal posicionamento não poderia perdurar indefinidamente, na medida em os debates acerca das questões africanas tendiam à polarização das opiniões e acentuavam as divergências políticas.

O tema da descolonização africana já era insistentemente abordado pela grande imprensa no governo Kubitschek. A discussão do problema de Angola na ONU não apenas pôs em xeque a política externa africana do governo Quadros; também a tornou uma das questões mais persistentemente debatidas pela imprensa. As questões africanas passaram a merecer destaque constante em editoriais de jornais de grande circulação, como *O Estado de S. Paulo*, bem como em matérias e reportagens especiais dos mais diversos periódicos (com destaque para a *Revista Brasileira de Política Internacional*). Em conjunto, a imprensa escrita possibilitava verificar as várias perspectivas a partir das quais o assunto era analisado.

Miguel Urbano Rodrigues, defensor de posicionamento mais efetivo do Brasil na votação do caso angolano na ONU, analisava a atuação brasileira como uma “recusa de tomar conhecimento do fundo do problema, porventura influenciada pela reserva de boa parte da oposição portuguesa”, e que:

(...) tanto mais grave quanto a luta que se têm neste momento nas florestas e nas savanas de Angola não é decisiva apenas para o futuro das populações nela empenhadas. Ela afeta também a Nação brasileira numa escala crescente.<sup>42</sup>

E prosseguia:

É preciso que todos neste país se capacitem de que a possibilidade de o Brasil vir a desempenhar em África um grande papel nos próximos anos depende da posição que assumir em face do combate do povo angolano.<sup>43</sup>

O autor chamava a atenção para o fato de que a luta pela liberdade e o direito à autodeterminação que ocorria em Angola logo se manifestaria nas demais colônias portuguesas e que o Brasil poderia desempenhar um papel de destaque na condução desse processo. Rodrigues não poupava críticas ao go-

Portugal – com suas dependências coloniais sobre matéria internacional, tirando-nos, assim, ou pelo menos dificultando, todo o nosso jogo diplomático.” RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*.

verno, afirmando que:

(...) por muito que isso surpreenda o sr. Jânio Quadros e os seus assessores, essa posição, até agora, é considerada em África senão como negativa, pelo menos como muito insatisfatória. Para os homens que estão morrendo em Angola a fim de criar um futuro às gerações vindouras e para os inúmeros amigos que contam nas jovens repúblicas africanas não basta que o Brasil tenha abandonado o colonialismo salazarismo à sua sorte, votando contra ele na ONU. (...) O Brasil tem o dever de ir mais longe. Cabe-lhe assumir a liderança da campanha mundial desencadeada a favor da liberação dos povos oprimidos pelo colonialismo português.<sup>44</sup>

Nesse ritmo, decorridos apenas dois meses desde a posse de Quadros, a política externa de seu governo encontrava-se entre os temas de maior inserção nos debates realizados pela imprensa. Isso se devia não apenas ao clima de incerteza que se instaurou quanto à política internacional executada pelo Brasil. Igualmente, remetia ao fato de que a formulação e execução dessa política não seguiam um projeto pré-definido, mas sim um conjunto de idéias e ideais sobre o que ela deveria ser. Esses ideais tendiam a se aglutinar em pólos bastante distintos, divididos, grosso modo, entre grupos direitistas e esquerdistas.

A análise de *O Estado de S. Paulo* acerca da condução da política brasileira nos dois primeiros meses do governo Quadros parece exemplar. De acordo com o Jornal, Jânio Quadros:

O homem que, durante cinco anos, desempenhara o papel de pêndulo regulador da política nacional, pendeu subitamente para um dos pólos em que se bipartem as tendências políticas do País. O resultado, todos conhecem. Com apenas dois meses de governo encontra-se sua exa. em face de problemas de difícil solução: o na persuasão de que lhe bastaria a sua popularidade para se afastar, sem maiores inconvenientes, da linha que o conduzira à Presidência, passou a prescindir do concurso das correntes que tão decisivamente convergiram para sua magnífica vitória eleitoral.

Que s. exa. agiu mal em pretender desvencilhar-se de uma companhia que se afigurou comprometedora e molesta, provam-nos os reveses que a sua nova orientação lhe acarretou as reservas e suspeitas que nos Estados Unidos e na Europa cercaram a missão dos seus embaixadores especiais ao Velho Continente e à grande República do Norte. A atmosfera de compreensão que os

seus representantes encontrariam, sem dúvida, nas capitais do ocidente europeu e em Washington, caso s. exa., a partir do primeiro dia do seu governo tivesse levado em consideração a delicada situação do Brasil em face dos seus credores, toldou-a s. exa. com seus acenos a Cuba, à Iugoslávia e ao Egito do sr. Nasser, infundindo desconfiança e receio precisamente naqueles países sem cuja colaboração jamais poderemos pensar em restabelecer o equilíbrio nas nossas finanças e na nossa economia.<sup>45</sup>

O novo posicionamento do Brasil na política internacional repercutiu fortemente na política interna do país. Em virtude dos acesos debates travados no âmbito interno, pode-se inferir que a conduta externa brasileira era alvo de oscilações e retrocessos, como ocorrera com o caso de Angola. Para a implementação de uma política africana tal como anunciada por Quadros em seu discurso de posse, era preciso não apenas redirecionar a conduta externa brasileira em seu alinhamento a este ou àquele bloco. Fundamentalmente, fazia-se necessário congregar os interesses dos diversos grupos de opinião presentes na política interna do país.

Um fato a ser observado é que, apesar das divergências internas quanto ao posicionamento do Brasil em relação aos EUA e ao bloco soviético, a despeito da conduta brasileira para a África, e, em especial, para a África portuguesa, o que se podia observar era uma marcante afinidade acerca das perspectivas e interesses em comum entre imprensa, parlamento e a opinião pública, de forma mais ampla. Em tom de denúncia, afirmava *O Estado de S. Paulo* que o Brasil, “até o presente momento, parecia desconhecer as imensas potencialidades que lhe abriam na África, em termos de cooperação técnica e cultural”.<sup>46</sup>

Apesar dos objetivos divergentes, observados em conjunto, os acalorados debates na imprensa e no parlamento encontravam raízes comuns no tocante à efetivação de uma política externa africana mais objetiva. Fosse por motivações econômicas, políticos, culturais ou estratégicos, a temática africana fazia-se presente no discurso de atores políticos governamentais e não estatais. A formulação e condução da política externa brasileira para a África, em especial, para as colônias portuguesas na África, passou a ser alvo de atenção, uma vez que o posicionamento dos governos anteriores fora sempre favorável à política colonialista de Portugal. Como relata José Calvet:

vista em: GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade. As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1994, p. 150-181.

Durante os governos dos presidentes Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek, os representantes brasileiros nas Nações Unidas sempre se manifestaram solidários com a posição portuguesa, que sustentava que os domínios ultramarinos portugueses não eram colônias, mas sim províncias do Estado português. Dado o fato de o Brasil ter sido uma antiga colônia portuguesa, ser o mais importante país da América Latina e ser um dos mais importantes países do chamado Terceiro Mundo, o seu apoio às teses portuguesas possuía um valor político inestimável (MAGALHÃES, 1999: 99).

A partir do governo Jânio Quadros, contudo, o Brasil, além dar início ao reatamento das relações com a URSS, de quem pretendia obter ajuda econômica,<sup>47</sup> promoveu o estreitamento das relações comerciais e diplomáticas com a China e a África. De acordo com a interpretação de José Honório Rodrigues, a postura de Quadros refletia:

(...) um novo Governo, disposto a se apresentar com um new look, a fazer-se independente em relação especialmente aos Estados Unidos, a querer ser tratado de igual a igual, de soberania a soberania, a querer tomar iniciativas, sem consultas prévias, e um pouco à De Gaulle, querendo abrir novas fronteiras de amizade e comércio, um inortodoxo em política internacional, cometendo às vezes algumas heresias, um franco-atirador, a opinião pública favorável sentia-se mais a vontade para expressar-se a favor do reconhecimento (RODRIGUES, 1966: 143).

À exceção da postura externa brasileira para a África, a conduta para o bloco soviético e para a China era veementemente criticada:

A grande imprensa era contra e com o apoio de outras forças se manifestava intransigente e inflexível contra as simples relações econômicas e muito mais contra o reconhecimento, exercendo uma formidável pressão contra toda a política de Jânio Quadros, seguida por João Goulart (RODRIGUES, 1966: 143-144).

As relações que passam a ser estabelecidas entre o Brasil e as colônias da África portuguesa, durante o período em questão, constituem um quadro exemplar para a análise da repercussão da referida política externa no meio

<sup>33</sup> O Brasil e Angola. *O Estado de S. Paulo*, 31/3/61.

<sup>34</sup> Neutralidade no caso de Angola. *O Estado de S. Paulo*, 30/3/61.

intelectual, sobretudo pelo fato de o governo não apenas apoiar o debate acadêmico em torno da questão, como por investir na criação de entidades como o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.<sup>48</sup> Se a política externa do governo Juscelino Kubitschek era favorável à política colonial portuguesa, a do governo Jânio Quadros, ao acenar em apoio às nações africanas e asiáticas, propicia a ampliação dos debates acerca das relações Brasil-África-Portugal, despertando o interesse de setores políticos, acadêmicos e econômicos para as questões relativas à descolonização.

Esse posicionamento era ratificado por pronunciamentos em que Jânio Quadros afirmava que o Brasil abandonara “a diplomacia subordinária e inócua”, uma vez que “a política externa de uma nação, em si, deve ser a corporificação dos ideais e interesses comuns que governam sua existência” (QUADROS, 1961: 150-156). Neste período, a tese da democracia racial,<sup>49</sup> defendida por Gilberto Freyre, passa a ser amplamente utilizada por Jânio Quadros na defesa da descolonização africana. Em mensagem enviada ao Congresso Nacional, Quadros afirma que:

A política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que ele é intrinsecamente. Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância (QUADROS, 1961: 125).

---

<sup>35</sup> O deputado Fernando dos Reis Santana: “Apoiou a política externa independente do presidente Jânio quadros, defendendo o regime liderado por Fidel Castro em Cuba e a independência das colônias africanas.” In: *Dicionário histórico biográfico brasileiro*, 1930-1983, p. 3.076-7.

<sup>36</sup> Aduino Lúcio Cardoso exercia a vice-liderança da UDN na Câmara dos Deputados. Mais informações: *Dicionário histórico biográfico brasileiro*, 1930-1983, p. 618-621.

<sup>37</sup> Debate a Câmara o caso de Angola. *O Estado de S. Paulo*, 05/4/61.

<sup>38</sup> Idem.

---

<sup>39</sup> O Brasil e a África. *O Estado de S. Paulo*, 25/4/61, p. 3.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Idem.

---

<sup>42</sup> O que Angola espera do Brasil, op. cit.

<sup>43</sup> Idem.

A retórica da afetividade, tão presente nas relações do Brasil-Portugal, tornou-se patente nos discursos políticos e acadêmicos, ganhando projeção constante em trabalhos com o de Gilberto Freyre, Adolpho Justo Bezerra de Menezes e José Honório Rodrigues, para citar alguns nomes. Da mesma forma, passava a ser utilizada, com frequência, por políticos, a exemplo de Afonso Arinos, e pela grande imprensa, em que *O Estado de S. Paulo*, nos recorrentes editoriais em defesa de uma “autêntica” política externa africana, fazia uso constante, em seus editoriais, das “afinidades históricas e culturais” existentes entre Brasil e a África Portuguesa.

Essa retórica da afetividade se constituiu num discurso político que, ao englobar um conjunto de argumentos de fundamentação histórico e étnico-culturais, visava promover determinada política externa com países de formação histórica similar. Tradicionalmente presente nas relações Brasil-Portugal durante o governo Juscelino Kubitschek, ela passa, com o governo Jânio Quadros, a ser recorrentemente empregada pelo *O Estado de S. Paulo*, bem como por políticos e intelectuais, quando na defesa e promoção da política externa brasileira para a África.

## A CONVENÇÃO DA UDN

A Política Externa Independente do governo Quadros passou não apenas a dividir a imprensa brasileira entre críticos e entusiastas, mas também a minar as bases de apoio do governo. Como atesta Vera Chaia:

De um lado, ficaram os defensores dessa política, que incluía alguns setores do movimento sindical, dos estudantes, das intelectuais e de alguns membros dos partidos políticos que até então se encontravam na oposição (...) Do outro lado, (...) os grupos que haviam apoiado a candidatura de Jânio Quadros e que agora se opunham e criticavam a política externa brasileira (CHAIA, 1991: 128).

Acentuavam-se as áreas de atrito no interior da base do governo. Durante a convenção anual da UDN,<sup>50</sup> principal partido da base governista, os partidários debatiam as idéias, posições e atos de Jânio Quadros no tocante à

---

<sup>44</sup> Idem.

política externa, na medida em que os consideravam definidores dos rumos da política nacional brasileira.

Na imprensa, havia se estabelecido o vínculo entre a orientação internacional e a política nacional do país. Não apenas Quadros, mas também Afonso Arinos passou a ser constantemente alvo de acusações e discursos inflamados do *O Estado de S. Paulo*, que afirmava:

Se o verdadeiro objetivo do governo é pautar a sua política exterior pelo pensamento da maioria do País, não vemos a mínima razão para tantas tergiversações e dubiedades. Quando não bastasse a eloqüente expressão eleitoral da votação esmagadora que levou o sr. Jânio Quadros à Presidência República, votação de que os nacionalistas e comunistas publicamente se excluíram, o iniludível desagrado com que a Nação recebeu os novos rumos que os srs. Jânio Quadros e Afonso Arinos tentam imprimir à ação do Itamarati, chegaria para apontar ao Executivo nacional o caminho que lhe cabe efetivamente seguir.<sup>51</sup>

Para udenistas e representantes do Partido no governo, a presença de Arinos na Convenção era considerada imprescindível, pois era o responsável pela execução da política externa brasileira à frente do Ministério das Relações Exteriores. Udenistas mais estreitamente ligados ao governo, como José Sarney e Seixas Dória, observavam nessa ocasião a chance de esclarecer, junto a Arinos, as dúvidas e incertezas derivadas da nova orientação política estabelecida por Quadros na conduta externa. Em conjunto com Carlos Lacerda, pretendiam aclarar o mal-estar gerado a partir da questão cubana e do reatamento das relações do Brasil com países socialistas, identificadas pelos udenistas como “pontos vulneráveis desta nova orientação estabelecida por Quadros”.<sup>52</sup>

Quadros, que fora eleito presidente contra os chamados grupos nacionalistas e esquerdistas, era repetidamente criticado por Lacerda e pelos grupos que o apoiaram, nos pronunciamentos relacionados à política exterior, considerada pelo *O Estado de S. Paulo* desfavorável à política ocidental. Analisando a conduta externa do governo Quadros, este jornal interpretava que tais atitudes, ao desviar a atenção da imprensa, visavam, taticamente, um

<sup>45</sup> A vitória está nas mãos do presidente. *O Estado de S. Paulo*, 4/4/61, p. 3.

clima de tranqüilidade no país, sem a necessidade de medidas repressivas. Enquanto isso, buscava-se pôr a economia em ordem e dar início à reestruturação política e administrativa, sem as quais não se poderia dar seqüência ao plano de governo.<sup>53</sup>

Apesar dos objetivos implícitos, a tática de Quadros, aliada aos debates que ocorriam na imprensa, criou cisões dentro da UDN. Durante a convenção, em que Herbert Levy foi eleito presidente do Partido, o deputado Adail Barreto, representante da delegação cearense, encaminhou à mesa da convenção a seguinte moção:

Os udenistas de todo o País, reunidos na indomável cidade do Recife em convenção nacional do seu partido, expressam seus aplausos e o seu apoio à política exterior que o presidente Jânio Quadros com coragem e equilíbrio vem executando.

Assumindo uma clara posição de liderança nesta parte das Américas, o nosso País, sem quebra dos seus compromissos e das tradições que o vinculam aos princípios da política ocidentalista, vem afirmando perante o mundo uma inequívoca posição em favor da autodeterminação de todos os povos, notadamente daqueles que, na África espoliada por um colonialismo devorador, se esforçam para conquistar a sua independência e daqueles que no próprio continente americano lutam heroicamente pela sua soberania econômica e política.

Por outro lado, tomando medidas efetivas em favor da ampliação do nosso comércio e das nossas relações diplomáticas com países que pela importância e contingente populacional não podiam ser ignorados, o Brasil dá uma demonstração de maturidade política, ao mesmo tempo que se afirma como Nação que se quer entender com as outras, sem receios e tibiezas. Nação altiva que deseja ter soberania não apenas formal.

Alicerçando não apenas essa corajosa posição no campo internacional (...) o presidente Jânio Quadros outorga ao nosso povo condições para ocupar a posição de vanguarda a que está destinado pelo que, neste instante, os que estão votam e aplaudem e o apóiam com convicção e entusiasmo.<sup>54</sup>

A moção deveria ser assinada por todos os partidários, mas acabou ratificada somente por alguns udenistas, notadamente os da ala “bossa nova”

<sup>46</sup> Cooperação com a África. *O Estado de S. Paulo*, 19/4/61, p. 3.

– grupo mais ligado a Jânio Quadros e que continuava a apoiar seu governo. Essa cisão se devia em grande medida a Carlos Lacerda. Apesar de não comparecer pessoalmente, fez questão de enviar à convenção da UDN uma mensagem de 17 laudas, chamando a atenção para o fato de que os udenistas e suas organizações deveriam, “necessariamente, optar, naquele momento, entre uma das duas únicas soluções que se apresentavam aos povos de todo o mundo: ou socialismo ou o capitalismo”.<sup>55</sup>

Por meio desse texto, que trazia uma análise sobre a expansão do imperialismo soviético e seus potenciais objetivos, Lacerda buscava congregiar as várias tendências da UDN. Afirmava que o partido, que “não tinha a rigidez dos partidos meramente doutrinários, deveria analisar a conjuntura e dela extrair, não apenas noções de um atavismo superficial, mas uma linha de conduta política consentânea com as suas bases, as suas origens e os seus objetivos permanentes”.<sup>56</sup>

Lacerda afirmava que “o materialismo não deveria ser seguido pela UDN, que, como partido, não sendo nem devendo ser partido confessional, era e deveria ser uma partido cristão”.<sup>57</sup> Referia-se ao que denominava “economicismo” afirmava que, “não sendo uma invenção de Marx ou Engels”, se constituía na:

(...) tendência a exagerar o papel da economia com menosprezo por outros ângulos, como a psicologia social, que explica muitas posições e muitas deformações, apossou-se de nosso País e, por falta de definição, acabaria por se apossar de nosso partido. Sobretudo pela confusão entre economicismo e economia, coma já se confunde a economia política. Corremos o risco de mudar de bacharelise para economicidade.<sup>58</sup>

Mais adiante, Lacerda ocupava-se da “palavra mais abusada de nossos dias, o nacionalismo”. Afirmando-se um não-nacionalista, admitia a presença de nacionalistas na UDN sem, no entanto, aceitar “que se pretenda falar pela

<sup>47</sup> Sobre o restabelecimento das relações entre Brasil e União Soviética e, em especial, sobre o intercâmbio comercial entre os dois países, ver: MOURA, Paulo Leão de. Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1961, p. 23-33.

<sup>48</sup> Ver: Decreto de Criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano IV, No. 14, junho de 1961.

<sup>49</sup> Em decorrência da experiência brasileira, definida por Gilberto Freyre como sendo “um conjunto de

UDN como se toda ela fosse nacionalista”.<sup>59</sup> Como afirmava:

Eu não coloco a Nação acima de tudo e considero o nacionalismo, isto é, a ideologia que visa colocar a Nação acima de tudo, uma noção totalitária. A nação está abaixo da Pátria e até está abaixo do Homem.<sup>60</sup>

Nesse ponto, Lacerda é incisivo ao afirmar que “a luta contra o comunismo não foi ainda encarada como um dever da UDN”. Referindo-se ao apoio de Jânio Quadros à Revolução Cubana, afirmava:

(...) vemos chamar-se autodeterminação o direito que se arroga um tirano, numa ditadura sanguinária, de fuzilar centenas de pessoas sem culpa formada. [Mais adiante, ao dizer que (...) a maior coragem, neste momento, é a de uma definição, [conclama seus companheiros de partido a fazer da UDN] “o partido da reforma social cristã. De uma política de paz com todos os povos, mas de nítida preferência pelos povos que não agridem, que não ocupam territórios nem pela força das armas nem pela força da traição.”<sup>61</sup>

O discurso enviado por Lacerda à convenção da UDN repercutiu de forma incisiva no meio udenista e alcançou ampla repercussão na imprensa. *O Estado de S. Paulo* não poupou elogios ao texto do governador do Estado da Guanabara que, como relata: “ao tratar de alguns dos aspectos fundamentais da problemática udenista, analisa, com brilho inerente à sua palavra, questões suscitadas pela convicção cada vez mais generalizada de que é preciso optar entre o socialismo e o capitalismo”.<sup>62</sup>

Detendo-se na análise do nacionalismo proposta por Lacerda, o jornal assumia a perspectiva do governador, ao mesmo tempo em que inseria a África no debate, sobretudo pelo fato de que o nacionalismo era uma das ideologias mais empregadas no luta pela descolonização africana. Se o nacionalismo brasileiro era encarado pelas lideranças da UDN e por *O Estado S. Paulo* como “reacionário, na medida em que a nossa própria sobrevalorização se torna agressiva, assumindo um cunho vincadamente fascista, em que pese ao falso

experiências históricas da parte de portadores de uma cultura da mesma origem europeia, que em vez de pretenderem guardar pura e polínea essa cultura, a vêm misturando e continuam a misturá-la a culturas não europeias, criando novas culturas que se vêm adaptando aos trópicos sem sacrifícios de valores, apurados pela experiência europeia”, defendia-se a idéia de que o Brasil deveria desempenhar o papel de mediador entre a América, a África e a Europa. Essa perspectiva culturalista propunha que o Brasil desempenhasse o papel de entidade conciliadora entre Portugal e suas respectivas colônias africanas em processo de libertação.

esquerdismo dos mentores do movimento”,<sup>63</sup> o nacionalismo africano era não só compreendido como aceito.

Da perspectiva do jornal, essa compreensão derivava exclusivamente das condições particulares em que se constituíam as nações em luta pela descolonização e pelo direito à autodeterminação. Afirmava *O Estado de S. Paulo*:

Compreendemos, de certa maneira, que os chefes de alguns países africanos e asiáticos, no seu afã de transformarem um amalgama de populações heterogêneas numa nação, desfraldem a bandeira do nacionalismo, pois tais países, muitas vezes, são apenas um Estado com jurisdição sobre determinada área geográfica.<sup>64</sup>

No que diz respeito à América Latina e ao Brasil, no entanto, interpretava-se que “empregar a mesma linguagem e advogar os mesmos métodos” seria um “autêntico absurdo”. Referindo-se à Revolução Cubana, o jornal denunciava:

Neste hemisfério, salvo uma ou outra exceção na América Central, a Nação é uma realidade anterior ao Estado. No nosso caso, nenhuma pessoa de mediana cultura pode ignorar que já estávamos plasmados em Nação quando conquistamos a independência. Daí, o absurdo e o ridículo da vaga de nacionalismo que por aí vai desencadeada com os objetivos mais inconfessáveis.<sup>65</sup>

Para *O Estado de S. Paulo*, era evidente o contraste entre a realidade africana e a continental. No primeiro caso, tornava-se claramente compreensível para o jornal que o processo de descolonização pudesse acarretar na adoção, por alguns países, de formas de organização política nacionalistas – o que legitimava, igualmente, a ação externa brasileira, como elemento orientador em processos de transição e organização institucional de nações em luta pela emancipação. Já no que diz respeito ao continente americano, a defesa de propostas semelhantes eram atacadas com veemência pelo *O Estado de S. Paulo*, sendo a Revolução Cubana argumento recorrentemente utilizado para agredir adversários e ou posições consideradas como nacionalistas.

Ao ressaltar a importância do “mundo que o português criou”, ao propiciar, por intermédio da colonização de territórios na África, Ásia e América, o desenvolvimento e expansão do mundo ocidental, Freyre frisava as

Do ponto de vista do impacto na imprensa, os debates da convenção udenista possibilitaram a propagação de idéias e opiniões sobre o que era e o que deveria ser a política externa brasileira. Além disso, colaboraram para o estreitamento da relação que já se estabelecia entre as esferas externa e interna da política brasileira. Transferia-se para a política interna críticas relativas a questões internacionais (SKIDMORE, 1975: 248).<sup>66</sup>

O término da convenção, portanto, não pôs fim aos debates e posicionamentos assumidos no seu decorrer. Se *O Estado de S. Paulo* fazia questão de se posicionar favoravelmente à tese defendida por Carlos Lacerda, políticos da oposição como Neiva Moreira não vacilavam ao criticá-la, já que a política externa de Quadros era depositária de grandes esperanças de grupos políticos da esquerda.

A propósito da moção de apoio à política externa de Quadros, assinada por alguns integrantes da UDN, Neiva Moreira dizia ansiar por uma política independente efetiva, afirmando que “tudo que se tem falado em relação à política diplomática do governo são muito mais presunções, baseadas em declarações do presidente da República (não confirmadas pelos fatos) do que propriamente uma alteração fundamental na diretiva política do governo”.<sup>67</sup>

## A CRISE CUBANA E A RENÚNCIA DE QUADROS

A adesão de Cuba ao bloco soviético tornou a participação da imprensa cada vez mais constante nos debates sobre a política externa brasileira. Então já não era possível estabelecer fronteiras entre as políticas externa e interna. Consciente de que as questões das relações internacionais brasileiras suscitavam ampla e crescente repercussão na imprensa, Jânio Quadros deu início a uma guinada na condução da política externa brasileira, cujos resultados pegaram todos de surpresa.

A partir de maio, momento em que as questões cubanas se intensifica-

potencialidades de que o Brasil, ex-colônia, poderia vir a desenvolver perante as nações africanas sem, necessariamente, desvencilhar-se dos laços de comunhão que tinha com Portugal. Essa tese foi bastante crítica por políticos africanos, que a interpretavam como uma estratégia colonialista de manutenção do *status quo*. A este respeito, ver: FREYRE, Gilberto. *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Federação das Indústrias de São Paulo, 1958. COMITINI, Carlos, op. cit.; GONÇALVES, Williams S. op. cit., p. 133-146.

vam abarcando todos os níveis de discussão (político, intelectual, religioso e econômico), os debates sobre o desenvolvimento e a possível efetivação de uma política externa africana sofrem visível retração. Todas as atenções voltavam-se para os atos e posicionamentos de Jânio Quadros em relação a Cuba e suas possíveis conseqüências para as relações do governo com a UDN, no plano interno, e do Brasil com os EUA, no plano externo. Os debates relativos à implementação de relações mais próximas com a África circunscreviam-se, ao menos momentaneamente, à esfera do Estado, deixando de ser alvo de atenção especial da imprensa. Isso não deixava de confirmar, entretanto, o interesse despertado pelo tema da política externa.

A questão para a qual todos buscavam resposta, naquele momento, era até que ponto a revolução liderada por Fidel Castro constituía uma ameaça à paz e, mais objetivamente, à liderança norte-americana no continente, dada a possibilidade de aliança cubana com o bloco soviético. Essa resposta foi dada em maio de 1961, quando Cuba se declarou oficialmente uma República Popular Socialista, passando a fazer parte da órbita soviética. O país abria um precedente no continente americano e trazia o temor, para alguns, e desejo, para outros, da proliferação do comunismo pelos países subdesenvolvidos da América.

A Revolução Cubana passou a representar e projetar o potencial revolucionário de toda a América Latina, inspirando intelectuais e militantes por toda parte. Como descreve Eric Hobsbawm:

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passada dos trinta –, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária (HOBBSAWM, 1995: 427).

No Brasil, não podia ser diferente. Para os grupos de esquerda, Cuba tornava-se referência para a formulação de planos e ratificação de idéias e ideais nacionalistas. Luiz Carlos Prestes iniciava uma campanha de coleta de 50 mil assinaturas para o registro, no Superior Tribunal Eleitoral, do Partido Comunista Brasileiro, em substituição ao “Partido Comunista do Brasil”, cujo

<sup>50</sup> A Convenção Nacional da UDN foi realizada no mês de maio de 1961, em Recife.

registro fora cassado no governo Dutra. O novo partido afirmava incondicional apoio à Revolução Cubana e exigia de Jânio o mesmo posicionamento.<sup>68</sup>

Já nos setores mais tradicionais, como as Forças Armadas, a UDN e a Igreja, a apreensão quanto a um posicionamento favorável a Cuba suscitava as mais ásperas críticas.<sup>69</sup> Dando voz a essas correntes, *O Estado de S. Paulo* afirmava, no editorial intitulado “O dever do Brasil”:

Já não se pode haver dúvidas: na luta entre a democracia liberal e o totalitarismo de Esquerda, Cuba decidiu-se finalmente pelo grupo de nações que obedece a ordens de Moscou. Abre-se, assim, uma brecha naquilo que foi até há dois anos o monolitismo americano. E isso significa que todo o sistema em que se baseava a segurança do Continente passou a vacilar nas suas bases. Em outras palavras: a cabeça de ponte que se estabeleceu numa das ilhas do Mar das Caraíbas pode amanhã ampliar-se e tornar-se o ponto para uma subversão total da ordem americana. Se quisermos encarar as coisas como elas são, esta é a realidade.<sup>70</sup>

Dadas as incertezas e revezes da política externa brasileira do governo Quadros, assim como seus acenos ao governo de Fidel, *O Estado de S. Paulo* não vacilou ao definir as funções e responsabilidades do presidente e chamar-lhe a atenção para os perigos que corria como chefe do Executivo na condução da política externa do país:

(...) O regime presidencialista reconhece ao chefe do Executivo o papel de interprete do pensamento nacional em relação à nossa política exterior. Ele, entretanto, não lhe confere de modo nenhum o direito de dispor dos nossos destinos e muito menos o de nos conduzir segundo as suas tendências e simpatias numa hora grave como esta. O que a Constituição tinha em vista ao delegar ao primeiro magistrado da República a conduta da política exterior era tão-somente tornar claro que, sendo ele eleito pela Nação e por esta elevado à curul presidencial, lhe competia representá-la em face do Mundo. (...) A nação não esqueceu ainda que foi também para defender esses princípios que as Forças Armadas, em 29 de outubro de 45, derrubaram a Estado Novo.<sup>71</sup>

---

<sup>51</sup> *O Estado de S. Paulo*, 12/5/61, p. 3.

<sup>52</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26/4/61, p. 3.

Para *O Estado de S. Paulo*, a conduta externa do governo Quadros havia chegado à situação limite. Tornava-se imperioso para o jornal que o governo restabelecesse os parâmetros da conduta diplomática do país e atentasse para os equívocos e perigos institucionais que, interpretava, sua ação externa incorria. Remetendo-se à crise política de 1945, que culminou com a renúncia do presidente Getúlio Vargas e à instauração de um regime militar de transição (Cf. SKIDMORE, 1975: 72-101), o jornal não apenas cobrava de Quadros respeito pelo cargo que ocupado, como mandatário geral da Nação, como compromisso com princípios constitucionais assumidos.

A imprensa exercia enorme pressão sobre o Executivo. Se Cuba se tornasse efetivamente parte do bloco soviético, a posição do Brasil diante daquele país, presumia-se, sofreria uma substancial alteração. Jânio Quadros então incumbiu Afonso Arinos de prestar algumas declarações à imprensa. Todos aguardavam uma definição oficial do Executivo em relação a Cuba. Afonso Arinos, entretanto, limitou-se a dizer que “o governo brasileiro não tinha ainda dados seguros sobre a transformação ocorrida naquele país e que, nestas condições, a posição do Brasil só poderia ser claramente definida quando chegassem as informações diretas solicitadas pelo Itamarati à nossa embaixada em Havana”.<sup>72</sup>

O pronunciamento de Arinos promoveu nova onda de debates e acusações contra o governo, sendo interpretado como um sintoma de indefinição do Executivo no trato dos assuntos internacionais e, mais gravemente, como prova da ambivalência de Jânio quanto às relações do país com Estados do bloco soviético. A imprensa via o pronunciamento como uma manobra do Executivo que só evidenciava suas possíveis “tendências esquerdistas”. *O Estado de S. Paulo*, em seu editorial, afirmava:

(...) diremos que não nos satisfazem as declarações do chanceler Afonso Arinos. As palavras de s. exa. voltaram a refletir o evidente propósito de ocultar do público o pensamento do chefe do Governo a respeito da nossa política exterior.<sup>73</sup>

O clima de apreensão e desconfiança em relação à conduta externa de

<sup>53</sup> Quadros quer neutralizar as esquerdas por um ano. *O Estado de S. Paulo*, 28/4/61, p. 3.

Quadros tornava-se patente em diversos segmentos da sociedade e dava margem a boatos e denúncias sobre um eventual golpe de Estado por parte das Forças Armadas.<sup>74</sup> Especulava-se que o golpe seria deflagrado com um ato de insubordinação do Clube Militar ao ministro da Guerra, culminando na deposição de Quadros. O primeiro vice-presidente do Clube Militar, general Oromar Osório, prontificou-se em declarar não acreditar na existência de um movimento golpista contra Quadros, afirmando, “com segurança, que não se cogita dentro do clube militar de qualquer ato hostil ao ministro da Guerra e nem nos dedicamos aos problemas de política e milícia”.<sup>75</sup>

Nessa mesma data, o deputado Almino Afonso,<sup>76</sup> líder da bancada do PTB, ocupou a tribuna da Câmara para denunciar “uma trama de direita que pretendia impor um golpe militar ao País”. Num pronunciamento de mais de duas horas, Almino Afonso, chamando a atenção para as “dubiedades do comportamento do governo, tanto no plano interno como, principalmente, no plano internacional”, tornou público um documento confidencial elaborado pela Câmara Americana de Comércio.<sup>77</sup> O documento, que Almino Afonso fez questão de incluir nos anais da Câmara, consistia numa análise detalhada da política externa do governo Quadros, ressaltando seus possíveis impactos nas relações Brasil-EUA. Assinado por Arthur Bennett, vice-presidente executivo da Câmara Americana de Comércio, e acompanhado de uma carta que o definia como “estritamente confidencial”, o documento comunicava que:

O presidente Quadros, desde a sua posse, tomou uma série de iniciativas consideradas por muitas pessoas e parte da imprensa brasileira e americana como desagradáveis aos Estados Unidos, tais como as seguintes:

- a) – Estabelecimento de relações diplomáticas com três países da cortina de ferro, assim como sua declaração de que está decidido a reconhecer os demais;
- b) – Envio de um telegrama ao senhor Kruchev que foi redigido em termos mais cordiais do que seu telegrama ao Presidente Kennedy;
- c) – Culminando tudo isto, o fato de ter recebido friamente Adolph Berle

<sup>74</sup> *O Estado de S. Paulo*, 29/4/61, p. 6.

<sup>75</sup> Mensagem de Lacerda. *O Estado de S. Paulo*, 30/4/61, p. 6. O Discurso completo pode ser encontrado em: LACERDA, Carlos. *O poder das idéias*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

<sup>76</sup> *Idem*.

<sup>77</sup> *Idem*.

<sup>78</sup> *Idem*.

Júnior, anunciando no mesmo dia a visita do marechal Tito ao Brasil e deixando fotografar-se com o presidente da “Prensa Latina” de Fidel Castro;

d) – E antes de tudo isto o fato de ter visitado muitas partes do mundo, com a exceção muito obvia dos Estados Unidos da América.<sup>78</sup>

Em vista desses fatos, afirmava o documento, criara-se “na mente de alguns americanos o temor de que o presidente Quadros poderia muito bem ser outro Fidel Castro”.<sup>79</sup>

*O Estado de S. Paulo*, temeroso da conduta de Quadros no plano externo, assinalava a importância da participação do Senado na condução da política externa do país, uma vez que o sistema presidencialista:

(...) não confere de modo nenhum ao chefe do Executivo o direito de dispor dos nossos destinos e muito menos o de conduzir segundo as suas tendências e simpatias numa hora grave como esta. (...) Os problemas internacionais [prossegua] com que a Nação se defronta atingem tal complexidade e a sua delicadeza é tamanha que nenhum homem, por mais genial que fosse, estaria em condições de tomar isoladamente as decisões que se impõem, [Desta forma] As hesitações, os erros e as iniciativas menos felizes que a imprensa nacional vem criticando devem, assim, ser olhados como desfecho inevitável de uma política que chama ao chefe do Executivo de forma absorvente a orientação da diplomacia nacional.<sup>80</sup>

Se o clima de incerteza disseminava críticas ao governo e ao sistema presidencialista, interpretado como possuidor de vícios e perigos intrínsecos, o pronunciamento oficial do Itamaraty sobre a questão cubana, por sua vez, fez eclodir uma avalanche de debates e acusações que se alternavam entre os grupos chamados entreguistas e nacionalistas. O pronunciamento realizado por Arinos buscava esclarecer a posição do Brasil no continente, bem como frente a OEA, apoiando-se nos seguintes princípios:

- a) – A paz mundial é fundada na autodeterminação de todas os povos;
- b) – A autodeterminação é o Princípio da liberdade aplicado à organização internacional;

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

- c) – O elemento garantidor da autodeterminação é o princípio da não-intervenção;
- d) – A não-intervenção se opõe tanto à dominação econômica quanto à ideológica;
- e) – A não-intervenção se aplica ainda quanto à implantação do sistema de governo representativo, sistema que o Brasil prefere, recomenda e pratica, como melhor para as Américas.<sup>81</sup>

Partindo dessas premissas, o Brasil, em relação à questão cubana, defenderia “a autodeterminação do povo de Cuba”, opondo-se “a qualquer intervenção estrangeira, direta ou indireta, para impor a Cuba determinada forma de governo, considerando-se intervenção indébita tanto a militar, quanto a econômica ou ideológica”. Não reconhecera, “de acordo com os compromissos internacionais vigentes, em qualquer Estado americano, regime político que resulte da ingerência claramente manifestada de potência estrangeira”, e passaria a acompanhar, “neste caso, as medidas de preservação da integridade continental, que não impliquem em intervenção em qualquer dos países do Hemisfério”.<sup>82</sup>

Assistia-se no Brasil ao desenvolvimento de uma política externa marcada por ambigüidades e contradições que, interpretadas por setores da UDN, da Igreja e das Forças Armadas como característica inerente ao governo Quadros, produziam “um clima de equilíbrio precário, cuja ruptura esperava-se a qualquer momento” (ODÁLIA, 1995: 364).

A Igreja, representada pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime Barros Câmara, pronunciava-se contrária ao posicionamento brasileiro na questão cubana. Organizava, em conjunto com Carlos Lacerda e líderes do movimento sindical ligados à Igreja, manifestos como o da Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres, a fim de “resistir em nome do Brasil cristão e democrático livre e que trabalha às investidas ateístas, totalitárias, opressoras e dissolventes ditadas pelo partido anti-Brasil”.<sup>83</sup>

No Congresso, dado o crescente interesse pela discussão das relações

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Nacionalismo reacionário. *O Estado de S. Paulo*, 3/5/61, p. 3.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Idem.

internacionais do país, a questão cubana propiciava debates agitados, com destacadas participações de Almino Afonso e José Sarney. Criava-se um clima de forte divergência ideológica. A presença de Arinos era cobrada pelos parlamentares, ansiosos por saber do Ministro das Relações Exteriores tanto os objetivos quanto os motivos “subjacentes” à postura do governo no caso de Cuba.<sup>84</sup>

Neste contexto, *O Estado de S. Paulo* marcava sua posição, lembrando que se “o verdadeiro objetivo do governo é pautar a sua política exterior pelo pensamento da maioria do País”, não via a “mínima razão para tantas tergiversações e dubiedades”<sup>85</sup> na condução da política externa brasileira. Não obstante, o mesmo jornal, por ocasião do comício contra o colonialismo promovido pelo “Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação”, que contava com a participação de representantes do executivo municipal, da marinha e do meio estudantil, tornava a frisar a importância da África para o Brasil, dada a dimensão que Angola tomara na descolonização africana. O periódico afirmava:

As afinidades históricas e culturais que nos ligam tanto a Portugal como a Angola apontam-nos como o interlocutor ideal e insuspeito e conferem-nos a autoridade suficiente para tomarmos iniciativas que seriam descabidas nas mãos de outros. Assim o compreendeu já o povo, com a sua sensibilidade. Mas não o quis entender o sr. Presidente da República.<sup>86</sup>

Quanto às Forças Armadas, se o seu interesse pela condução das políticas interna e externa do país se tornava patente e declarado, o projeto de Quadros de retirar dos Clubes Militares o caráter de entidades civis concorria efetivamente para sua inserção no quadro dos grupos descontentes com o governo. A proposta de Quadros, acompanhada de perto pela imprensa, consistia em tornar os Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica subordinados, respectivamente, aos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica. Assim, essas associações, que congregavam a oficialidade das Forças Armadas, perderiam o caráter de sociedades civis, constituídas de acordo com a legislação tradicio-

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Segundo a análise de Thomas Skidmore: “O significado mais amplo do desafio de Lacerda a Quadros, em agosto de 1961, está na maneira pela qual os problemas de política externa independente tinham invalidado a política interna. Através de sua política externa independente, Quadros começara a identificar-

nal, sendo substituídas por associações oficializadas com direção nomeada e integrada nos dispositivos militares de comando.<sup>87</sup>

Considerando a proposta de Quadros uma “intervenção de fato” do governo nos assuntos militares, os sócios desses clubes deram início à coleta de assinaturas e à divulgação de um documento no qual manifestavam:

(...) a sua integral e profunda discordância ante tal ameaça a direitos e garantias amplamente defendidos nas leis, mantendo sua fidelidade ao princípio democrático de existência dos Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica como sociedades civis, que são, com suas diretorias escolhidas pela livre vontade dos associados, como sempre ocorreu.<sup>88</sup>

Tornava-se ponto pacífico, para todos que acompanhavam a conduta política de Jânio Quadros, a delicada situação do governo. O meio católico, o Senado e as Forças Armadas revelavam evidentes sinais de inquietação quanto às posições políticas adotadas por Quadros, que constituíam, conforme análise de *O Estado de S. Paulo*, na “precipitação” com que o presidente vinha:

(...) freqüentemente, fazendo uso do poder que enfeixa nas mãos, uma curiosa especialidade, tão prejudicial ao seu próprio prestígio como aos interesses nacionais: a de descontentar a todos, quando o seu desejo seria a todos satisfazer.<sup>89</sup>

As críticas ao governo Quadros, nota-se, derivavam não apenas da forma particular como era conduzida a política externa brasileira (CHAIA, 1991),<sup>90</sup> mas essencialmente pela clara oposição da mesma à política do governo anterior. Aliava-se a esse quadro de incertezas a crise econômica do país e as diversas críticas ao plano de estabilização econômica que vinha sendo elaborado. Estudava-se a implementação da Instrução 204 da Sumoc – conjunto de medidas do governo que, por sugestão do FMI, visava a estabelecer o ajuste econômico-

se com a posição ‘nacionalista’, contrária à linha da maioria da UDN e aos oficiais ‘anticomunistas’, entre os militares. A posição ‘nacionalista’ era, por sua vez, identificada com o antiamericanismo, principalmente no que referia a Cuba”.

<sup>67</sup> Deputado nacionalista critica a política externa de Quadros. *O Estado de S. Paulo*, 3/5/61, p. 6.

<sup>68</sup> Prestes propõe escolha a Jânio. *O Estado de S. Paulo*, 6/5/61, p. 3.

financeiro do país por meio do equilíbrio das finanças do Estado, desvalorização da moeda e abertura do mercado brasileiro para investimentos externos.<sup>91</sup>

A política externa do governo Quadros não estava desvinculada da política interna; pelo contrário, pressupunha uma articulação estratégica para o alcance dos objetivos desenvolvimentistas dos governos anteriores. Por isso era de se esperar que tal política causasse temores, não somente pela envergadura de sua proposta, como pela disposição e ousadia com que o Executivo se punha a executá-la.

A indiferença do Poder Executivo em relação ao Legislativo na tomada de decisões políticas e administrativas levantava especulações sobre um golpe de Estado que não apenas os militares, mas também Jânio Quadros estaria arquitetando. Essas especulações eram reforçadas pelas constantes declarações de admiração de Quadros por líderes políticos como Tito, Nasser e Fidel Castro (ARAÚJO, 1996: 152; ODÁLIA, 1995: 364).<sup>92</sup>

Não apenas o posicionamento do Brasil em relação a Cuba (uma “guinada para a esquerda”, acusava O Estado de S. Paulo), mas também o descontentamento das bases parlamentares, provocou manifestações que, em seu conjunto, traduziram-se na “Ação Democrática Parlamentar”. Liderada pelo deputado João Mendes, a ação elegia a política externa de Quadros como alvo principal de seus ataques, em favor da “defesa da Nação” e “do Poder Legislativo”.<sup>93</sup>

A renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República ocorreu em 25 de agosto de 1961. Nas vésperas deste episódio, Quadros havia concedido

---

<sup>69</sup> O Brasil aguardará um pronunciamento definitivo de Cuba. *O Estado de S. Paulo*, 6/5/61, p. 3.

<sup>70</sup> O dever do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 4/5/61, p. 3.

<sup>71</sup> Idem.

---

<sup>72</sup> O Brasil aguardará um pronunciamento definitivo de Cuba. *O Estado de S. Paulo*, 6/5/61, p. 3.

<sup>73</sup> Cuba e a imprensa nacional. *O Estado de S. Paulo*, 7/5/61, p. 3.

---

<sup>74</sup> Não acredita em golpe o general Oromar Osório. *O Estado de S. Paulo*, 9/5/61, p. 4.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Almino Afonso, deputado do PTB, formava: “(...) ao lado dos deputados Luís Fernando Bocaiuva, Fernando Santana, Armando Temperani Pereira e Clidenor Freitas, o chamado ‘grupo compacto’, que passou a congregar os parlamentares mais radicais do partido, defensores da reforma agrária e da estatização

condecorações aos representantes da Missão de Boa Vontade da União Soviética e ao astronauta Iuri Gagarin. Após a Conferência de Ministros das Finanças do Hemisfério Ocidental, em Punta del Leste,<sup>94</sup> também havia concedido a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção nacional, ao Ministro da Economia de Cuba, Ernesto “Che” Guevara.

Estas ações provocaram forte descontentamento entre os grupos mais conservadores, como os militares, a Igreja e, especialmente, aqueles que haviam apoiado o governo (MONIZ BANDEIRA, 1973: 413).<sup>95</sup> João Goulart, que se encontrava em missão oficial a República Popular da China, assume o governo sob forte tensão política.

## CONCLUSÃO

A partir do exposto até o momento, pode-se resumir o governo Jânio Quadros da seguinte forma:

- no plano externo, incorporando idéias e ideais sobre o papel do Brasil no quadro das relações internacionais, procurava situá-lo de forma *independente* diante do antagonismo EUA – URSS; buscava obter o máximo benefício político, por meio do princípio de autodeterminação dos povos (abrindo novas possibilidades de parceria) e de manobras no sistema internacional, com destaque para as questões africanas, dadas as possibilidades de intercâmbio econômico, tecnológico, estratégico e cultural com a África portuguesa, prioritariamente;
- no plano interno, em meio à incorporação das massas populares ao jogo político nacional, buscava a estabilidade econômico-financeira do país, não apenas em confronto com as bases de sustentação do governo, mas à margem da opinião pública, que não aprovava sua política; opondo-se vigorosamente à política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, o atual governo lhe incumbia a responsabilidade de “sustentar em suas próprias costas o aumento do custo de vida” de diversos setores da economia”. *Dicionário histórico biográfico brasileiro, 1930-1983*, p. 28.

<sup>77</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10/5/61, p. 6.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> *Idem*.

<sup>80</sup> O Senado e a nossa política exterior. *O Estado de S. Paulo*, 11/5/61, p. 3.

(ODÁLIA, 1995: 364).

Neste contexto, *O Estado de S. Paulo* procurou participar ativamente do debate em torno da política externa implementada pelo governo Jânio Quadros. Defensor de uma postura mais arrojada do Brasil em relação ao processo de descolonização africano, o jornal promovia ampla divulgação da temática em seus editoriais e reportagens. Ator vinculado à dinâmica da vida política nacional, portador de poder de influência e interferência no cenário político, *O Estado de S. Paulo* marcou presença constante nos debates acerca das relações exteriores do país durante este governo. Foi, também, crítico severo das ações implementadas pelo governo junto a países soviéticos e a China.

Ao lado de diplomatas e políticos, *O Estado de S. Paulo* despontou como um dos atores políticos de maior ressonância na arena da política externa brasileira para a África. Defensor de uma política africana de maior envergadura por parte do governo brasileiro, acompanhou com atenção a participação do país nas resoluções da ONU sobre a temática africana. Não poupou críticas à ação diplomática brasileira, nem deixou de pressioná-la para que rompesse com a limitação imposta pelas relações com Portugal; e promovesse a reestruturação das relações Brasil-África-Portugal.

## O GOVERNO JOÃO GOULART: A PERSISTÊNCIA DA PEI E DA POLÍTICA AFRICANA

Mesmo com a renúncia de Jânio Quadros e a mudança do corpo ministerial e do regime político, passando-se do presidencialismo ao parlamentarismo, a busca pela implementação da Política Externa Independente não seria abandonada, nem a implementação de uma política externa africana.<sup>96</sup> João Goulart, eleito vice-presidente pela chapa do adversário de Quadros

---

<sup>81</sup> Nota do Itamarati fixa nossa posição em Havana. *O Estado de S. Paulo*, 11/5/61, p. 68.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Movimento contra subversão foi instalado no Rio. *O Estado de S. Paulo*, 14/5/61, p. 4.

<sup>84</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/5/61, p. 4.

(general Henrique Lott) e que, no auge da crise provocada pela renúncia, encontrava-se em missão comercial na República Popular da China, assumiria a presidência e prosseguiria na defesa daquelas políticas durante seu governo. Este procedimento lhe conferiu, de imediato, apoio dos grupos políticos de esquerda.

Goulart afirmava que o Brasil não fugiria “aos seus compromissos de Nação pacífica, desejava de manter universais relações de amizade”; atestava que seu governo continuaria, na condução da PEI, ampliando “a área de convivência internacional” e “restabelecendo comunicações com povos cujo regime difere do nosso pela filosofia que o inspira” (DANTAS, 1961: 116-127). Essas idéias seriam ratificadas pelo novo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, para quem:

A política anticolonialista sempre esteve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos. Os primeiros resultam da autenticidade de nossa política de emancipação econômica e autodeterminação dos povos; os segundos da necessidade de que os países competidores do nosso em produtos tropicais produzam em regime de trabalho verdadeiramente livre e com os mesmos propósitos de assegurar às suas populações níveis mais elevados de bem estar (DANTAS, 1962: 12).

A despeito das alterações e oscilações da política interna do país, na esfera da política externa o que se observava era a continuidade e o aprofundamento das temáticas internacionais. Num momento de grande instabilidade e insegurança como o da renúncia de Quadros e a conseqüente alteração do regime político, San Tiago Dantas não hesitava ao reafirmar a continuidade das diretrizes políticas adotadas pela PEI, atestando em seu discurso de posse:

O nosso País cômico de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber – uma Nação independente, uma Nação fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em tôdas as assembléias de que fizemos parte e em tôdas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo (DANTAS,

1961: 441-445).

Na mensagem de fim de ano dirigida à sociedade brasileira, Goulart analisava a conduta externa do governo durante o ano de 1961:

Não teríamos, no entanto, a visão exata da nossa realidade se a considerássemos exclusivamente no seu panorama interno, destacando-a do contorno internacional. Também neste cenário o ano foi cheio de acontecimentos significativos, auspiciosos uns, inquietantes outros, que podem trazer no próximo situações delicadas para as que o nosso País terá de fazer frente.<sup>97</sup>

A política exterior do novo governo deveria prosseguir na obediência “ao princípio inalterável do respeito pela soberania dos outros povos e de salvaguarda de nossa própria independência”, uma vez que, como Quadros, Goulart frisava que já ia “longe o tempo em que o Brasil se podia considerar isento de responsabilidade nas grandes questões internacionais”.<sup>98</sup> Nas palavras de Goulart:

Somos hoje, uma das nações democráticas mais populosas e nossas tradições jurídicas e políticas nos conferem autoridade para levarmos uma ação construtiva ao debate dos grandes problemas do mundo contemporâneo, procurando sempre contribuir com o melhor dos nossos esforços para a preservação e o fortalecimento da paz.<sup>99</sup>

Assim, San Tiago Dantas dava prosseguimento à política externa iniciada por Afonso Arinos durante o governo Quadros, afirmando que esta deveria ser “colocada a serviço da expansão econômica do Brasil, “continuando a ser, como era, Independente e fiel aos princípios de não intervenção dos povos, inseparáveis de qualquer política verdadeiramente democrática”.<sup>100</sup>

O pronunciamento de João Goulart, veiculado em cadeia nacional de rádio e televisão, não satisfaz às expectativas dos grupos mais conservadores, que esperavam do novo presidente segurança em relação aos assuntos externos do país. Dirigindo-se à sociedade brasileira em tom bastante diverso do utiliza-

<sup>85</sup> A nota do Itamarati. *O Estado de S. Paulo*, 12/5/61, p. 3.

<sup>86</sup> O drama de Angola. *O Estado de S. Paulo*, 13/5/61, p. 3.

<sup>87</sup> *O Estado de S. Paulo*, 14/5/61, p. 3.

<sup>88</sup> *Idem*.

do por Jânio Quadros, Goulart tentava, sem êxito, transmitir ao país a impressão de que a crise política fora sustada. Como resposta, afirmava *O Estado de S. Paulo*: “continuamos exatamente onde estávamos, e sem saber para onde vamos”.<sup>101</sup>

O interesse pela África assinalava a continuidade do posicionamento brasileiro em relação às questões suscitadas pelo sistema internacional e pela descolonização. Como afirmava San Tiago Dantas, foi a “firmeza de nossa posição anticolonialista” que “levou-nos a proferir pela primeira vez um voto afirmativo na questão da comissão especial de investigação de Angola”. O ministro, porém, deixava “bem claro a cordialidade e o respeito que presidem inalteravelmente as nossas relações com Portugal”.<sup>102</sup>

Conforme a análise do jornal *O Estado de S. Paulo*, durante “os últimos anos da administração do sr. Juscelino Kubitschek, a atitude do Brasil em face do movimento de emancipação das nações oprimidas pelo colonialismo europeu foi totalmente negativa”; o “Itamarati, subordinado à orientação de amigos de s. exa., ora se alheou dos problemas, ignorando o processo de libertação da África como fenômeno histórico, ora assumiu as posições mais erradas, apoiando e defendendo na ONU as teses do colonialismo português”; entretanto, no “ano que findou, as coisas tomaram outro rumo na Casa de Rio Branco”.

Embora o periódico afirmasse que a política exterior do governo Quadros não servia “aos interesses da nacionalidade”, continuando a destoar “das tradições diplomáticas do Itamarati, o fato é que, pelo menos no que se refere à África e mais concretamente ao colonialismo, houve uma revisão da linha que vínhamos adotando”.<sup>103</sup> Dizia ainda o jornal que se, enquanto “o sr. Jânio Quadros permaneceu em Brasília, a ambigüidade foi a característica essencial da política africano-brasileira”, “com a saída do presidente desertor”, essas incertezas não voltariam a se repetir.<sup>104</sup>

Esse prognóstico baseava-se na atuação da delegação brasileira na ONU. Ao se iniciarem os trabalhos da XVI Assembléia Geral das Nações Unidas,

<sup>89</sup> Uma especialidade presidencial. *O Estado de S. Paulo*, 14/5/61, p. 3.

<sup>90</sup> Uma análise interessante sobre a personalidade e a conduta política de Jânio Quadros pode ser encontrada em Vera Chaia.

<sup>91</sup> A respeito da Instrução 204 da Sumoc e das condições econômico-financeiras do país naquele contexto,

em 1962, o Brasil, representado por Afonso Arinos, prontificou-se em declarar sua posição contra o colonialismo no debate sobre Angola. O principal assunto da agenda da assembléia acabou “sendo consideravelmente influenciado pela posição brasileira”.<sup>105</sup> Mesmo reconhecendo-se a delicadeza da questão para o Brasil, dadas as relações com Portugal, o posicionamento brasileiro contrário ao colonialismo obteve grande apoio da imprensa, levando *O Estado de S. Paulo* a afirmar que a “verdade vinha agora à tona e não poderia ser escondida” pois, “pronunciando-se pelo direito de Angola à autodeterminação, o embaixador Arinos interpretou corretamente o sentir da imensa maioria do povo brasileiro”.<sup>106</sup>

É importante frisar o apoio concedido pelo *O Estado de S. Paulo* à posição brasileira na ONU e o contraste registrado pelo jornal com as posições denominadas “indecisas” do governo anterior. Essa importante mudança espelha que, entre os governos Jânio Quadros e João Goulart, a política externa africana ganha autonomia na agenda do *O Estado de S. Paulo*. Independentemente do governo, o jornal mantinha uma linha de argumentação coerente e explicitamente favorável à implementação de uma política externa brasileira para a África.

## A CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE E O GOLPE DE 1964

A desejada política externa africana, contudo, não pôde novamente fazer frente aos debates políticos, que dirigiam a atenção da imprensa para a volta da questão cubana ao cenário internacional. Isso graças à realização da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, em Punta del Este, entre 22 e 31 de janeiro de 1962. A Conferência de Punta del Este tinha por objetivo debater a implementação de sanções propostas pelos EUA contra Cuba, por meio das quais o Estado norte-americano pretendia obter a aprovação dos países do continente para uma futura intervenção arma-

ver, entre outros: ARAUJO, Braz de, op. cit.; BIELSCHOWISC, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>92</sup> Como confirma Nilo Odália, a: “(...) hipertrofia do Executivo, tão denunciada por deputados e senadores da tribuna do Poder Legislativo, levava a sérias conjecturas quanto a eminência de golpe político”, ao qual os

da, sob cobertura da OEA (MONIZ BANDEIRA, 1973: 420).

O governo Goulart, que em menos de três meses restabelecera relações diplomáticas com a URSS,<sup>107</sup> prosseguia, com San Tiago Dantas, na defesa da PEI, não só rechaçando a proposta norte-americana,<sup>108</sup> como, fiel à defesa do princípio de autodeterminação dos povos, propunha a institucionalização de Cuba – ou seja, a sua neutralização. Se a aplicação desse princípio à descolonização africana fora elogiada e apoiada pelo *O Estado de S. Paulo*, no tocante à política externa para o continente a manutenção das linhas mestras da PEI tendia a dividir opiniões, considerada até mesmo um ato de ingerência do governo. De acordo com o editorial de *O Estado de S. Paulo*:

Não sem alguma surpresa para os que vinham depositando inteira confiança na inteligência do sr. San Tiago Dantas, dela esperando, na definição da nossa política externa, a tradução do pensamento democrático da Nação brasileira, e os seus anseios de unidade continental dentro dos postulados que representam as colunas mestras do regime em que tradicionalmente vivemos, vem falando o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros em “institucionalização” da situação cubana, curioso eufemismo que chegou, de início, a ameaçar de perplexidade o País.<sup>109</sup>

A questão cubana já provocara sérios abalos nas bases do governo anterior. A persistência de Goulart e Dantas na manutenção do apoio brasileiro a Cuba durante a Conferência de Punta del Este suscitava ataques ainda mais veementes de setores que já se haviam rebelado contra Quadros. *O Estado de S. Paulo*, em particular, fazia questão de frisar o impacto que o governo promovia na imprensa quando, “deliberadamente”, persistia na condução de uma política externa que ia de encontro a temores e interesses de diversos setores da sociedade.

Ao final da Conferência de Punta del Este,<sup>110</sup> a manutenção da posição do governo levou à abstenção do Brasil na votação pela expulsão de Cuba da OEA. Tal ato resultou numa onda de manifestações da imprensa. Como ob-

“três ministros militares – Grum Moss (Aeronáutica), Sílvio Heck (Marinha) e Odílio Denys (Guerra) – não representavam segurança nenhuma para a continuidade democrática; muito pelo contrário, acentuavam tais especulações”.

serva Moniz Bandeira: “quase toda a imprensa expressou-se no mesmo tom. Sindicatos, associações de classe, Câmaras e entidades estudantis de todo o país aplaudiram a atitude de San Tiago Dantas e o Governo parlamentarista de Goulart – Tancredo Neves se fortaleceu, momentaneamente, perante a imprensa brasileira” (MONIZ BANDEIRA, 1973: 422).

Já para os setores mais conservadores, a atitude do Brasil em Punta del Este representava, conforme *O Estado de S. Paulo*, “um ato amoral do governo brasileiro”.<sup>111</sup> Criou-se grande indignação no seio das Forças Armadas, às quais o ministro das Relações Exteriores deu minuciosas explicações para que estas – segundo o referido jornal – “não fossem mais longe em seu protesto”.<sup>112</sup> *O Estado de S. Paulo* manifestou seu repúdio à postura do governo brasileiro, afirmando que a: “Nação brasileira não aceitava de modo algum o ponto de vista sustentado em Punta del Este pela nossa delegação, e, através da sua imprensa, pela voz dos chefes da Igreja e pelas manifestações de grande número de congressistas, ela fazia já sentir que reprova inapelavelmente a posição assumida pelo Brasil no Uruguai”.<sup>113</sup>

A realização da Conferência de Punta del Leste e, em especial, a questão cubana, tornou-se um estorvo para o governo João Goulart, por conta das possíveis tendências comunistas de que o presidente, daquele momento em diante, seria insistentemente acusado pelo *O Estado de S. Paulo*. Os ataques não se limitavam às figuras de Goulart e Dantas. Dada a vigência do regime parlamentarista, as críticas à conduta externa recaíam maciçamente sobre o Gabinete do Primeiro Ministro, na época chefiado por Tancredo Neves. Tancredo era alvo de sérios ataques e cobranças. A exposição de San Tiago Dantas aos parlamentares, ao invés de amenizar o clima de tensão, fizera aumentar a insatisfação para com o Gabinete.<sup>114</sup>

Tão flagrante era essa insatisfação para com “as contradições dessa política, e a tal ponto contendem com o próprio prestígio nacional,”<sup>115</sup> afirmava

<sup>93</sup> Divulga a Ação Democrática Parlamentar manifesto sobre a política exterior do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 25/5/61. João Mendes da Costa Filho: “Como deputado, foi um dos fundadores e presidente da Ação Democrática Parlamentar (ADP), bloco interpartidário surgido no primeiro semestre de 1961, que tinha como objetivo combater a infiltração comunista na sociedade brasileira, e constituiu, sobretudo, uma resposta dos setores conservadores à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), agrupamento de deputados nacionalistas de esquerda, atuantes desde o final do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A ADP moveu serrada

*O Estado de S. Paulo*, que se articulou na Câmara dos Deputados uma moção de censura ao Ministro das Relações Exteriores, baseada na atuação da delegação brasileira na Conferência dos estados americanos.

A moção promoveu um amplo debate na imprensa. *O Estado de S. Paulo*, por sua vez, a apoiava substancialmente:

As tradições diplomáticas de um país não se podem alterar de ânimo leve; nem cremos que uma atitude de firmeza e independência implique necessariamente o desvio de rumo que os nossos maiores lhe traçaram. Em política internacional, independência não briga com coerência. E a coerência do Brasil em política diplomática está, precisamente, em não comprometer o sistema de forças democráticas a que naturalmente está ligado o seu destino de nação ocidental.<sup>116</sup>

*O Estado de S. Paulo* interpretava que San Tiago Dantas agia “em fiel e perfeita concordância com a política janista”, fazendo da política externa do governo Goulart o “único setor da administração em que o programa do sr. Jânio Quadros era religiosamente respeitado”, haja visto “o rápido reatamento das relações diplomáticas com a URSS e as sutilezas jurídicas com que o nosso chanceler levou o Brasil a defender em Punta del Este uma doutrina diametralmente contrária à nossa posição no Continente”.<sup>117</sup>

Partilhando dessa visão, nos debates que se seguiram na Câmara do Deputados, Eurípedes Cardoso de Meneses, representante da Guanabara pela UDN, afirmava que San Tiago Dantas havia iludido “a boa-fé dos líderes da Ação Democrática Parlamentar”, optando por passar “para a História do modo mais feliz: como espectro do ex-presidente e arrastando o Brasil à fogorosa derrota”.<sup>118</sup> Meneses era apoiado por Alde Sampaio. Este afirmava que, no tocante a Punta del Este, o que estava em causa era a solidariedade continental; portanto, naquele momento, um país só poderia “estar, forçosamente, ou solidário com o bloco das nações que estão agregadas aos Estados Unidos ou solidário com o outro bloco, comandado pela União Soviética”, acrescentando

oposição à política externa de aproximação com o terceiro mundo e da área socialista, iniciada na presidência de Jânio Quadros (1861) e que iria continuar no governo de João Goulart (1961-1964)”. *Dicionário histórico biográfico brasileiro, 1930-1983*, p. 2.205.

<sup>94</sup> Na Conferência de Ministros das Finanças do Hemisfério Ocidental, realizada em Punta del Leste, Che

que não era “possível o meio termo, nem a neutralidade”.<sup>119</sup>

Julgando que a política externa do Brasil, “com efeito, não pode estar à mercê das extravagâncias e caprichos” do ministro das Relações Exteriores, *O Estado de S. Paulo* afirmava:

O Brasil tem compromissos solenemente firmados com as demais nações do Hemisfério e não pode, sem faltar à sua palavra e atrair a desconfiança das outras partes, proceder como se não tivesse de dar satisfações a ninguém. Claro que o sr. San Tiago Dantas está no direito de discordar, como qualquer cidadão, da política a que o País se obrigou através de acordos e tratados. Mas, para ter o direito a discordar publicamente, cabe-lhe, em primeiro lugar, desvestir-se das responsabilidades oficiais que o cargo lhe atribui.<sup>120</sup>

Os debates provocados pela atuação brasileira em Punta del Este sinalizavam que a nova configuração político-institucional do país, aliada ao temor pela eminente crise política, inviabilizaria o prosseguimento da política externa para a África, pelo menos da forma como se planejava. A deflagração de greves e movimentos operários, a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e das ligas camponesas e os atritos do governo com o congresso refletiam a exacerbação dos conflitos sociais e a inquietação política do Estado. Era urgente implementar medidas que restabelessem o equilíbrio político-institucional e sustassem a crise econômico-financeira do país, retomando o desenvolvimento (MONIZ BANDEIRA, 1983: 45). As suspeitas sobre uma conspiração militar para derrubar o governo, instauradas ainda na gestão de Quadros, não se dissiparam com Goulart, estando cada vez mais presentes na imprensa.<sup>121</sup>

No plano externo, a Aliança para o Progresso<sup>122</sup> tomava uma dimensão significativa e ofuscava as perspectivas de implementação da política externa africana, dadas as possibilidades de rápida capacitação externa de recursos que oferecia, num momento em que a inflação acelerava-se extraordinariamente.

Guevara votou contra a ata de criação da Aliança para o Progresso, proposta pelos EUA. A Aliança tratava-se de um programa que apregoava o apoio inequívoco à democracia, condenando as formas de ditadura, e estabelecia planos de apoio norte-americano para o combate à inflação e promoção do desenvolvimento na América Latina.

<sup>95</sup> Segundo Moniz Bandeira: “A condecoração de Guevara culminou a série de atos com que Quadros, deliberadamente, provocara a reação, o desencadeamento da crise. Generais, Almirantes e Brigadeiros iniciaram um movimento de restituição das medalhas que também haviam recebido.”

te (MONIZ BANDEIRA, 1983: 45). No plano interno, conforme a análise de *O Estado de S. Paulo*, se o “erro do sr. Jânio Quadros – erro de que terão possivelmente resultado as dificuldades a que depois pretendeu atribuir as causas da sua renúncia – consistiu, essencialmente, em ter ignorado ou desprezado a profunda significação do seu triunfo eleitoral”,<sup>123</sup> João Goulart não apenas mobilizava esforços para satisfazer aos anseios populares, como demonstrava-se sensível às reivindicações por reformas sociais e combate à inflação.

João Goulart tentou, sem sucesso, fortalecer seus poderes por meio da candidatura de San Tiago Dantas a Primeiro Ministro. Recebeu as mais ferrenhas críticas dos partidos de sustentação do governo, como a UDN, PSD e PSP,<sup>124</sup> e também da imprensa, que com freqüência o acusava de “estar abrindo as portas do País para o comunismo”.<sup>125</sup> O desejo de Dantas de ocupar o cargo de Primeiro Ministro refletia a intenção do governo em dar prosseguimento à implementação da PEI. Ao se aperceber do fato, *O Estado de S. Paulo* chamaria San Tiago Dantas de “caudilho”, afirmando que se “a incompatibilidade que acabou por estabelecer-se entre o sr. Jânio Quadros e a Nação teve origem nos dilates cometidos por aquele no terreno da política internacional”, o mesmo fato se repetia, ficando “perfeitamente demonstrado que há uma visceral irreconciliabilidade entre uma esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros e a fantasia com que o ex-chanceler pretendeu ferir as nossas tradições diplomáticas”.<sup>126</sup>

A essa altura dos acontecimentos, *O Estado de S. Paulo* definia as condições político-sociais do país da seguinte forma:

Assiste o País ao embate de duas épocas: uma, que se iniciou com a vitória das forças revolucionárias em 1930 sobre a oligarquia e que, normalmente, se deveria ter encerrado a 24 de agosto de 1954; outra, a que parecia ter-se definitivamente implantado com o triunfo popular nas urnas em 3 de outubro de 1960. É o Brasil orgânico, o Brasil diferenciado, o Brasil constitucional – numa palavra, o Brasil da lei, defrontando-se com a mentalidade pastoril do presidente da República. É a Nação em luta contra um indivíduo – a Nação,

---

<sup>96</sup> Este trabalho não pretende analisar a complexa situação político-institucional herdada pelo governo João Goulart, nem tão pouco discorrer sobre seus efeitos ante a política externa e vice-versa. Sua preocupação reside em avaliar a política africana implementada pelo governo sucessor e a percepção do jornal *O Estado de São Paulo* sobre a mesma. Para introdução ao tema, sugere-se: FRANCO, Afonso Arinos de Mello, op. cit.; GOMES,

representada pelo Parlamento, defendendo a Constituição contra a desordem e o caudilhismo.<sup>127</sup>

As tensões resultantes dos debates sobre política externa brasileira, especialmente em relação à atuação de San Tiago Dantas, impossibilitaram a aceitação de seu nome para primeiro ministro. Além disso, trouxeram Afonso Arinos de volta ao cargo de ministro das Relações Exteriores, dada a “reação da UDN e do PSD à política externa desenvolvida por Dantas em Punta del Este” (MONIZ BANDEIRA, 1973: 425). Afonso Arinos ocupou o cargo somente entre julho e setembro de 1962. Hermes Lima assumiu o Ministério das Relações Exteriores em seguida, afirmando que, se “o mundo atual é muito intranquilo”, deveria continuar no Itamaraty uma política externa “sempre voltada para o bom entendimento entre os povos”.<sup>128</sup>

A mudança dos chanceleres não impunha uma alteração à conduta externa do Brasil. Ao transmitir o cargo a Hermes Lima, o subsecretário Carlos Alfredo Bernardes seguia uma linha já operante no Itamaraty, sobretudo ao citar os ex-ministros San Tiago Dantas e Afonso Arinos como os atores do:

(...) processo de renovação das linhas mestras da nossa política externa para sincronizá-la com os grandes e profundos acontecimentos que marcam a atual conjuntura internacional.<sup>129</sup>

Mesmo com o término do parlamentarismo e os receios que despertava entre os segmentos conservadores, Hermes Lima manteve-se à frente do Ministério das Relações Exteriores sob o regime presidencialista, destacando-se pela defesa dos países subdesenvolvidos e nas negociações sobre desarmamento (CERVO e BUENO, 1992: 316).

Em 22/10/1962, o bloqueio e possível intervenção armada contra Cuba decretada pelos EUA pôs o governo de Goulart diante de uma delicada situação política: no plano externo, era cobrado pelo governo Washington a apoiar o bloqueio, na votação da OEA, a ser executado pela Marinha norte-americana; no interno, sofria pressões da imprensa, partidos e setores da sociedade, dividida entre favoráveis e contrários à intervenção. Enquanto os segmentos

Tânia, op. cit.; Moniz Bandeira, L. A. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. SKIDMORE, Thomas. op. cit.; WEFORT, Francisco, op. cit.

mais conservadores da imprensa, representados por *O Estado de S. Paulo*, colocavam-se claramente em concordância com o governo norte-americano, vários setores da sociedade, CGT, UNE e intelectuais, colocavam-se contrários (MONIZ BANDEIRA, 1973: 431).

Apesar do voto favorável ao bloqueio, o governo de João Goulart fez questão de se declarar contrário àquela atitude, afirmando que os princípios de autodeterminação e não-intervenção dos Estados não estavam sendo respeitados, conforme declarou Hermes Lima à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados (CERVO e BUENO, 1992: 316).

No tocante à África, Hermes Lima enfrentava grandes dificuldades na condução da política externa. Durante sua gestão, afirma Clodoaldo Bueno:

O anticolonialismo restringiu-se à retórica, em favor de uma política cordial com Portugal, chegando-se mesmo a advogar a tese da independência ordenada das nações africanas, com a colaboração das nações colonizadoras. Tese que, na prática, significava o adiamento, para ocasião remota ou indefinida, da independência daquelas nações (CERVO e BUENO, 1992: 316).

O desenvolvimento das condições políticas do país entre 1963-64 levaram ao agravamento de uma crise institucional. Mesmo diante de medidas excepcionais (Lei de Remessa de Lucros, votada em 1962, e nacionalização de algumas empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos), o governo desemboca numa crise política, que culmina com o Golpe de 1964 (BIELSCHOWISC, 1996: 412).

No plano externo, contudo, as linhas mestras da PEI se mantiveram através do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, da apro-

---

<sup>97</sup> Mensagem de fim de ano. *O Estado de S. Paulo*, 2/1/62, p. 32.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> *O Estado de S. Paulo*, 3/1/62, p. 3.

<sup>102</sup> *O Estado de S. Paulo*, 2/1/62, p. 32.

<sup>103</sup> Idem.

ximação com a China e na atuação brasileira na Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento na ONU. Durante este período, o Ministério das Relações Exteriores teve ainda dois novos chanceleres: Evandro Lins e Silva e João Augusto de Araujo Castro.<sup>130</sup> Este último sintetizou muitas das idéias presentes na PEI, ao desenvolver e defender, na XVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, a adoção da sua famosa tese sobre os três “Ds”: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização.<sup>131</sup> Para Araújo Castro, a articulação destas três esferas era essencial para promoção do desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas e/ou em processo de constituição. Em sua proposta, a ONU era concebida como fórum privilegiado de debate sobre o rumo do processo de descolonização afro-asiático, e organismo promotor, por excelência, da redução dos desníveis de riqueza entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

## CONCLUSÃO

Durante o governo João Goulart, pode-se afirmar que:

- No plano externo, a manutenção da PEI conduz ao reatamento das relações diplomáticas do país com URSS e a aproximações econômicas e diplomáticas com a China. O advento da crise cubana, no entanto, leva ao agravamento das condições políticas internacionais. A crise dos mísseis e do bloqueio naval de Cuba, determinada pelos EUA em 1962, conduz o sistema internacional a grande tensão, restringindo as margens de ação do Brasil, que vota favoravelmente ao bloqueio, mas contrariamente a uma possível intervenção militar.
- No plano doméstico, o posicionamento brasileiro nesta crise contribuiu para acirrar os temores dos setores conservadores em relação ao governo Goulart. Na imprensa, a temática africana, por conseqüência, foi encoberta pelos debates em torno de qual deveria ser a ação diplomática brasileira para Cuba e, de certa forma, para os EUA e o continente. Ator permanente do processo político, *O Estado de S. Paulo* observou, atento, a condução da política externa brasileira sob o governo João Goulart, não se furtando ao direito de atacar, com veemência, o governo e as posturas adotadas pela chancelaria brasileira em

Punta del Este.

Neste período, a articulação das esferas externa e interna abriu caminho para um retrocesso na política praticada pelo governo Goulart para a África. Independente dos argumentos utilizados e da viabilidade das propostas, *O Estado de S. Paulo* manteve uma postura firme e coesa em relação à política externa brasileira para aquele continente, colocando-se como ator fundamental do processo político, dotado de poder de influência e interferência no cenário nacional.

## APONTAMENTOS FINAIS

Entre 1961-1964, de todas as propostas que procuram configurar a política nacional brasileira e lhe imprimir uma orientação, a política externa aparece, ao mais superficial exame, como esfera privilegiada para a ação governamental. Neste período, explícita ou implicitamente, a dimensão externa diluiu-se no âmbito doméstico, tornando-se temática diretamente relacionada ao cerne dos dilemas da agenda nacional: inflação e estabilidade monetária, desenvolvimento, entre outros.

Concebida como uma política pública voltada para o desenvolvimento nacional, a política externa brasileira deixa de ser vista como assunto distante, restrita à esfera estatal, e passa a ser temática amplamente debatida pelos partidos políticos, veículos de larga divulgação e opinião pública. É precisamente a magnitude destes debates e a ação do *O Estado de S. Paulo*, como um de seus protagonistas, que esta pesquisa se propôs a examinar.

Em síntese, pode-se dizer que o período subsequente ao pós-guerra caracterizava-se pela bipolarização do sistema internacional. O embate EUA-URSS impunha uma nova ordem, em função da acirrada disputa pela hegemonia mundial de seus respectivos modelos: capitalista ou socialista. A crescente rivalidade EUA-URSS deu início à Guerra-Fria.

Entre 1950-1960, no entanto, a instauração da descolonização da África e da Ásia operou uma alteração significativa no sistema bipolar. A emergência do Terceiro Mundo no cenário internacional amplia as margens de

manobra e a livre iniciativa de políticas externas de diversos países, sem a necessidade de prévio alinhamento a qualquer um dos respectivos blocos. Além de serem incluídas no debate internacional (por meio do qual ganharam destaque nas conferências da ONU), as colônias africanas em luta pela libertação política e econômica propiciavam a países como o Brasil a possibilidade de ampliar sua atuação no cenário internacional, com o estabelecimento de alianças político-estratégicas e acordos internacionais de cooperação técnica, científica e cultural.

No Brasil, as potencialidades da descolonização africana não deixaram de ser percebidas pelo Estado, emergindo em debates políticos, acadêmicos e militares que, ao ressoarem na imprensa, tornaram-se alvo de análises e posicionamentos por parte de atores políticos não estatais. Esses debates eram propiciados pelas divergências entre o posicionamento oficial do Estado brasileiro em face da descolonização africana e a postura de atores políticos como o *Estado de S. Paulo*. O envolvimento da imprensa com temas das relações internacionais dinamizava os debates em torno da política externa do país, por meio do acompanhamento, questionamento e cobrança de posicionamentos dos dirigentes.

Com o acirramento da crise econômico-financeira e o fim do governo Juscelino Kubitschek, a política externa do governo Jânio Quadros prossegue no esforço pelo desenvolvimento do país, orientando-se pelo princípio de autodeterminação dos povos na busca por uma via de conduta internacional não compromissada com o alinhamento a qualquer um dos dois blocos rivais, e em defesa da descolonização africana. Apesar da renúncia de Quadros e a ascensão de Goulart à presidência, além da alteração do regime político (do presidencialismo ao parlamentarismo e novamente ao presidencialismo) e do corpo ministerial, a formulação e execução dessa política externa praticamente não sofreram alterações, continuando a ser denominada de Política Externa Independente.

Através da formulação e implementação da PEI, o Brasil procuraria se posicionar favoravelmente à descolonização do continente africano; estabelecer elos mais estreitos com a África; e inserir-se no debate internacional sobre o

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> *O Estado de S. Paulo*, 20/1/62, p. 3.

tema da descolonização. Isso pode ser observado, sobretudo, no plano da *percepção* e da *ação política*, as duas principais formas pelas quais as relações do país com a África se expressaram.

A relação entre as influências internas e externas é um importante fator a ser considerado quanto à implementação da PEI entre 1961 e 1964. A PEI não correspondeu a um projeto ou planejamento a ser seguido fielmente até o fim. Pelo contrário. Como assegura o depoimento de San Tiago Dantas, “os fatos precederam as idéias” (DANTAS, 1962: 5). Da perspectiva de análise proposta até o momento, pode-se considerar que da mesma forma como a Política Externa Independente não se iniciou em 1961 com a presidência de Quadros, também não se encerrou inteiramente em 1964 com o advento do Golpe Militar (MAIOR, 1996: 334).<sup>106</sup> Os anos que vão de 1961 a 1964, no entanto, podem ser considerados os principais para a projeção da PEI. Nesse período, ela se tornou uma temática fortemente ligada à questão do desenvolvimento do país; além disso, estabeleceu-se como um dos principais centros de atenção de atores políticos não estatais, como a imprensa.

No âmbito da política externa, a busca do Estado brasileiro por um posicionamento independente não era sem razão. Relacionava-se não só ao cenário internacional, mas também ao contexto nacional do país, mesclando idéias, ideais e situações que a realidade então impunha. A PEI expressava a busca do Estado brasileiro por uma via de desenvolvimento autônomo e não compromissado com a disputa ideológica travada entre Leste e Oeste. Essa seria uma possível explicação para a continuidade observada entre os dois períodos (o presidencialista e o parlamentarista) que correspondem ao processo de formulação e execução da PEI, praticamente inalterada até o advento do Golpe Militar. Essa busca pelo desenvolvimento autônomo originou-se ainda

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Em 28/11/1962 o governo brasileiro restabeleceu relações diplomáticas com a URSS. Brasil-União Soviética. *RBPI*, 1962, p. 348-351.

<sup>108</sup> Governos versus imprensa. *O Estado de S. Paulo*, 3/2/62, p. 3. Os Estados Unidos e o Bloqueio Econômico de Cuba. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano VII n° 25, março de 1964.

<sup>109</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13/1/62, p. 3.

<sup>110</sup> A posição do Brasil em Punta del Este – Discurso do Senador Afonso Arinos na Assembléia Geral das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano V, n° 18, junho de 1962.

<sup>111</sup> Governos versus imprensa. *O Estado de S. Paulo*, 3/2/62, p. 3.

em governos anteriores, sobretudo a partir do segundo governo Vargas, ensejada pelo desejo e convicção de que o Brasil, nas palavras de seu ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, “deveria vir a ser umas das grandes potências econômicas e militares do mundo”.<sup>133</sup>

A ação brasileira para África e a política de solidariedade para com os povos do Terceiro Mundo no início da década de 1960 estão integralmente associadas a essa dimensão internacional pleiteada pelo Brasil. Ela se enquadra num conjunto de ações (estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente com a URSS) que buscavam a revisão das relações com os EUA e seu poderio hegemônico.<sup>134</sup> Fazendo uso das palavras de Amado Luiz Cervo, pode-se afirmar que:

As iniciativas para a África são suficientes para reconhecer o nascimento da política africana do Brasil. Ela não aconteceu sem consistência e sem cálculos estratégicos. No fundo, ela se tornou um capítulo importante na busca brasileira por novos parceiros políticos e econômicos internacionais e, ao mesmo tempo, serviu para a busca de maior autonomia no espaço das relações internacionais da época (CERVO, 1994: 289).

Deve-se ressaltar, contudo, que a continuidade da formulação e execução da política brasileira para a África observada entre os governos Quadros e Goulart não é linear. Em função da crise cubana e da instabilidade política doméstica, no período parlamentarista houve um adensamento dos debates acerca das relações exteriores do Brasil. Neste período, a temática africana foi obscurecida e os ministros de Relações Exteriores obrigados a debater com os parlamentares as diretrizes da política externa para o continente america-

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> *O Estado de S. Paulo*, 8/2/62, p. 3.

<sup>115</sup> A política externa. *O Estado de S. Paulo*, 23/5/62, p. 3.

<sup>116</sup> Coerência diplomática. *O Estado de S. Paulo*, 25/2/62, p. 3.

<sup>117</sup> A política externa. *O Estado de S. Paulo*, 23/5/62, p. 3.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Câmara: novo pronunciamento em favor da moção de censura. *Estado de S. Paulo*, 29/5/62, p. 4.

<sup>120</sup> A política externa. *O Estado de S. Paulo*, 23/5/62, p. 3.

<sup>121</sup> As Forças Armadas e a conspiração. *O Estado de S. Paulo*, 29/6/62, p. 3.

no e para o bloco soviético. Essa observação leva a crer – e seria cabível verificar – que o regime parlamentar propiciou uma maior participação do Legislativo na condução da política externa brasileira no período em questão. Ratificando a proposta de análise de Paulo Roberto de Almeida, seria interessante avaliar:

(...) por um lado, o papel político e institucional ocupado pelos partidos políticos brasileiros no debate e encaminhamento das grandes questões relativas às relações internacionais do Brasil (...); por outro, examinar o espaço e a importância doutrinal dos temas de política externa nos programas e nas atividades dos partidos políticos brasileiros ao longo desse período (ALMEIDA, 1999: 164).<sup>135</sup>

Procurou-se demonstrar aqui não só a relação entre a imprensa e a política externa brasileira, mas também as possibilidades de pesquisas que envolvam essa relação. Na presente abordagem, a imprensa, representada pelo *O Estado de São Paulo*, demonstrou ser um ator político vinculado à dinâmica nacional, capaz de influenciar e interferir no cenário político. Direta ou indiretamente, *O Estado de São Paulo* participou do debate político em torno da política externa brasileira para a África. Ao lado de diplomatas e políticos, despontou como um dos atores políticos de maior ressonância na arena política.

Através da análise do discurso proferido pelo *O Estado de S. Paulo*, pretendeu-se demonstrar que a imprensa se posicionou favoravelmente em face da descolonização da África, no período de 1961 a 1964. Pressupõe-se que a informação oferecida pelo ator em análise, em relação à política externa africana dos governos Jânio Quadros e João Goulart, teve por referência a posição social que ocupava, refletindo não apenas opiniões e atitudes individuais. O discurso produzido pelo *O Estado de S. Paulo* procurou “representar” a realidade e não apenas reproduzi-la. Ao se posicionar, este periódico assumiu um papel político e não apenas individual; por isso, a percepção que teve da realidade foi também social.

Entre 1961-1964, a retórica em prol de uma política africana manteve-se constante no discurso do *O Estado de S. Paulo*. Enfocando as representa-

<sup>122</sup> Iniciativa dos EUA, proposta pelo presidente John F. Kennedy, entre 5 e 17 de agosto de 1961, na Conferência Econômica Internacional de Punta del Este, como um plano de desenvolvimento econômico e

ções desse discurso, pode-se afirmar que o referido periódico percebe a descolonização da África a partir de algumas perspectivas: esse fenômeno era considerado como elemento estratégico para a política externa brasileira; contendor de valores culturais, políticos e comerciais para o país; e não apenas como política humanitária.

Com o Golpe de 1964, a política externa brasileira ingressava em nova fase, mantendo, contudo, objetivos constantes: a busca pela diferenciação do país no sistema internacional, consoante a retomada de seu desenvolvimento. A questão da descolonização africana não perderá sua importância nessa nova fase, sendo retomada efetivamente no governo Ernesto Geisel, com a ratificação de alguns aspectos da PEI e a implementação de uma política externa mais consistente para a África, sobretudo para a África portuguesa.<sup>136</sup> Quanto à participação da imprensa, faltam elementos para avaliar de forma mais acurada seu papel em relação à política externa desenvolvida pelos governos subsequentes. Todavia, espera-se ter demonstrado que o estudo da política externa não se limita à análise dos processos decisórios; e que o exame da percepção de atores não estatais pode contribuir para a melhor compreensão de seu desenvolvimento. Tanto nos assuntos domésticos, quanto na política internacional, a ação da imprensa demonstrou ser uma variável fundamental para a análise do processo político do país.

**Abstract:** The main goal of this essay is to analyze how the newspaper *O Estado de S. Paulo* in the role of a non-governmental political performer explained and placed itself in the view of the international political actions during Jânio Quadros and João Goulart's administrative periods pro Africa. For this cause it focuses on the Brazilian government in the face of the des-colonization of Africa during the period, which ranges from 1961 to 1964. The central issue is the fact that the international policies acted by the Brazilian government – due to modifications in the internal administration during the period above mentioned and the changes of Estate Chiefs and Ministers and administrations – established a very narrow relation to the written press.

social para a América Latina, similar à OPA.

<sup>123</sup> A política externa. *O Estado de S. Paulo*, 23/5/62, p. 3.

<sup>124</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21 e 22/7/62.

<sup>125</sup> As contradições de San Tiago Dantas. *O Estado de S. Paulo*, 31/5/ 1962, p. 3.

**Keywords:** des-colonization, foreign policy, written press.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Bernardo José Marroni de. *L'évolution de la politique du Brésil. Mémoire D.A.E.*, Université Panthéon – Sorbonne (Paris I), novembro 1988.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, vol. 1.

ALENCASTRE, Amílcar. *O Brasil, a África e o futuro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.

\_\_\_\_\_. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ARAÚJO, Braz José de. A política externa no governo de Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, vol. 1.

ARON, Raymond. O que é uma teoria das relações internacionais? In: BRAILLARD, Philippe (Org.). *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as Nações*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

BARROS NETTO, Sebastião do Rego. O Brasil e a Rússia. In: FONSECA JR., Gelson. e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Temas de política externa brasileira*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994, 2 v.

\_\_\_\_\_. *A execução da política externa brasileira*. Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BIELSCHOWISC, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BITELLI, J. G. A política brasileira para a África e a descolonização dos territórios portugueses. *Cadernos do IPRI*, 1989, n° 2.

BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de

Brasília, 1995, 7.<sup>a</sup> ed.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. Sobre o conceito de neutralismo. *RBPI*, 1961. Conferência dos Países Neutralistas. *RBPI*, Ano IV, n<sup>o</sup> 14, julho de 1961.

\_\_\_\_\_. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAPELATO, M. H. R. e PRADO, Maria Lígia. A atuação do jornal no debate político. In: *O bravo matutino* (Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa no domínio da opinião. In: *Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista (1920-1945)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1986.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *A diplomacia da revolução brasileira*. Brasília, Ministério das relações Exteriores, 1964.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CERVO, Amado Luiz. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Os grandes eixos conceituais da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, número especial, “40 anos”, 1998.

CHAIA, Vera. *A liderança política em Jânio Quadros*. São Paulo: Humanidades, 1991.

CHALIAND, Gerard. *A luta pela África: a estratégia das potências*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.

COMITINI, Carlos. *A África arde*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

CORNEVIN, M. *História da África contemporânea*. Lisboa: Sociais, 1979.

DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

\_\_\_\_\_. Política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1961.

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

DUROSELLE, Jean-Batiste. *Europa de 1815 hasta nuestros días – vida política y relaciones internacionales*. Barcelona: Labor, 1971.

\_\_\_\_\_. *Todo império perecerá – teoria sobre las relaciones internacionales*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1998.

FERREIRA, Oliveiros. Ordem pública e liberdades políticas na África negra. *Revista Brasileira de Estudos Sociais e Políticos*. Faculdade de Direito da Universidade de

Minas Gerais, 1961.

\_\_\_\_\_. A política externa a serviço de uma idéia messiânica. *O Estado de S. Paulo*, 31/3/74, p. 29.

FONSECA, Francisco C. P. da. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 1994.

FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a questão de Angola na ONU. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano V, n° 17, março de 1962, p. 143-145.

FREYRE, Gilberto. Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje. *Revista Brasileira de Estudos Sociais e Políticos*, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, n° 9.

\_\_\_\_\_. *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Federação das Indústrias de São Paulo, 1958.

\_\_\_\_\_. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FUNAG. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas. 1946-1995*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 1995.

GOMES, Tânia. Imprensa e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1999, ano 42 / n° 1.

GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade. As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. Evolução da política externa. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1993, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *O nacionalismo na realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

KISSINGER, Henry. *La diplomacia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

KI-ZERBO, J. *História da África negra*. Viseu: Viseu, 1980, 2 v.

LACERDA, Carlos. *O poder das idéias*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOURENÇO, Eduardo. *Portugal sem abril*. Expresso, 24/04/1999.

MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAIOR, Paulo Souto. O pragmatismo responsável. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996, vol. 1.

MARTINIERE, Guy. *Le Brésil et l'Afrique: les nouvelles formes des relations internationales des Amériques Latines*. Paris: Audier/Presses Fondation Nat. des Sciences Politiques, 1979.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década de 64/74. *Estudos do Cebrap*, n.º 12, 3.º trimestre, 1975.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MORAES, Amaury Cesar. Introdução. In: *Imprensa e Constituinte: O projeto político do jornal O Estado de S. Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1991.

MORGENTHAU, Hans. *Política entre las Naciones*. Buenos Aires: GEL, 1986.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A cooperação internacional e as Relações entre os países. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 3(6): 53-60, julho-dezembro de 1987.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque e ALTEMANI, Henrique de Oliveira. Política africana no Brasil. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000. (Coleção Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990); v. 3).

N'KRUMAH, K. *Neocolonialismo – último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ONUKEI, Janina. *O governo e o empresariado argentino: a percepção política do Mercosul*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

PINHEIRO, Letícia. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1988.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A ideologia liberal de “O Estado de S. Paulo” (1932-1937)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP.

QUADROS, Jânio. A nova política externa do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 4, n.º 16, outubro-dezembro de 1961.

REIS, Artur Cezar Ferreira. *África e Brasil: relações e competições econômicas*. RBPI, 1963.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

\_\_\_\_\_. *Independência: revolução e contra revolução*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975, v. 5. A política internacional.

\_\_\_\_\_. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. O Brasil e o colonialismo português – revisão de Uma infâmia secular. In: METZNER-LEONE, Eduardo. *O Brasil e o colonialismo português – revisão de uma Infâmia secular*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1962.

ROSENBERG, David. *Portugal – aspectos da descolonização*. In: *A África Austral em perspectiva – 1: Descolonização e neocolonialismo*. Lisboa: Centro de Estudos da Dependência/Iniciativas Editoriais, 1976.

SANTIAGO, Theo (Org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África – A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

SARAIVA, José Sombra. Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com a África. In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional*. Brasília: UnB, 1994.

SELCHER, Wayne A. *the Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy 1956-1972*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1974.

SILVA, Alberto da Costa e. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: Edições João Sá

da Costa, 1989.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

STOESSINGER, J. *O poder das nações*. São Paulo: Cultrix, s/d.

TERAN, José Angel. *Mercosul e imprensa paulista*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VV AA. *História geral da África*. São Paulo: Ática/Unesco, s/d.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: UnB, 1985.

WILHELMY, Manfred. *Política internacional: enfoques y realidades*. Buenos Aires: GEL, 1988.

WODDIS, J. *África: as raízes da revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

## PERIÓDICOS PESQUISADOS

**O Estado de S. Paulo:** Janeiro de 1961 a Março de 1964.

### RESUMO DOS EDITORIAIS SELECIONADOS:

“Cooperação com a África”. *O Estado de S. Paulo*, 19/4/1961, p. 3.

“O Brasil e o momento internacional”. *O Estado de S. Paulo*, 17/2/1961, p. 3.

“Dois pesos e duas medidas”. *O Estado de S. Paulo*, 19/2/1961, p. 3.

“O Brasil e Angola”. *O Estado de S. Paulo*, 31/3/1961.

“Neutralidade no caso de Angola”. *O Estado de S. Paulo*, 30/3/1961.

“Debate a Câmara o caso de Angola”. *O Estado de S. Paulo*, 5/4/1961.

O Brasil e a África. *O Estado de S. Paulo*, 25/4/1961, p. 3.

“O que Angola espera do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 30/4/1961, p. 91.

“A vitória está nas mãos do presidente”. *O Estado de S. Paulo*, 4/4/1961, p. 3.

“Cooperação com a África”. *O Estado de S. Paulo*, 19/4/1961, p. 3.

“Quadros quer neutralizar as esquerdas por um ano”. *O Estado de S. Paulo*, 28/4/1961, p. 3.

“Mensagem de Lacerda”. *O Estado de S. Paulo*, 30/4/1961, p. 6.

- “Nacionalismo reacionário”, *O Estado de S. Paulo*, 3/5/1961, p. 3.
- “Deputado nacionalismo critica a política externa de Quadros”. *O Estado de S. Paulo*, 3/5/1961, p. 6.
- “Prestes propõe escolha a Jânio”. *O Estado de S. Paulo*, 6/5/1961, p. 3.
- “O Brasil aguardará um pronunciamento definitivo de Cuba”. *O Estado de S. Paulo*, 6/5/1961, p. 3.
- “O dever do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 4/5/1961, p. 3.
- “Cuba e a opinião pública nacional”. *O Estado de S. Paulo*, 7/5/1961, p. 3.
- “O Senado e a nossa política exterior”. *O Estado de S. Paulo*, 11/5/1961, p. 3.
- “Nota do Itamarati fixa nossa posição em Havana”. *O Estado de S. Paulo*, 11/5/1961, p. 68.
- “Movimento contra subversão foi instalado no Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 14/5/1961, p. 4.
- “A nota do Itamarati”. *O Estado de S. Paulo*, 12/5/1961, p. 3.
- “O drama de Angola”. *O Estado de S. Paulo*, 13/5/1961, p. 3.
- “Uma especialidade presidencial”. *O Estado de S. Paulo*, 14/5/1961, p. 3.
- “Divulga a Ação Democrática Parlamentar manifesto sobre a política exterior do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 25/5/1961.
- “Mensagem de fim de ano”. *O Estado de S. Paulo*, 2/1/1962, p. 32.
- “Governos versus opinião pública”. *O Estado de S. Paulo*, 3/2/1962, p. 3.
- “A política externa”. *O Estado de S. Paulo*, 23/5/1962 p. 3.
- “Coerência diplomática”. *O Estado de S. Paulo*, 25/2/62, p. 3.
- “A política externa”. *O Estado de S. Paulo*, 23/5/1962, p. 3.
- “Câmara: novo pronunciamento em favor da moção de censura”.
- “As Foças Armadas e a conspiração”. *O Estado de S. Paulo*, 29/6/62, p. 3.
- “As contradições de San Tiago Dantas”. *O Estado de S. Paulo*, 31/5/ 1962, p. 3.
- “O caudilhismo contra a Nação”. *O Estado de S. Paulo*, 29/6/1962, p. 3.
- “Hermes Lima não modificará a política externa”. *O Estado de S. Paulo*, 25 /9/ 1962, p. 4.